

The logo consists of the letters 'UF' in a bold, blue, sans-serif font. The 'U' is on the left and the 'F' is on the right, both with a slight shadow effect. The background features a yellow bar at the top left and a dark blue bar at the top right.

UNIFACEX

**PROJETO PEDAGÓGICO
DO CURSO SUPERIOR DE
TECNOLOGIA EM
POLÍTICAS E
ESTRATÉGIAS PÚBLICAS**

MAIO, 2019

SUMÁRIO

1. DADOS GERAIS DA IES E DO CURSO.....	4
1.1. ATO DE CREDENCIAMENTO DA IES.....	4
1.2. ATENDIMENTO DO CURSO AOS ASPECTOS NORMATIVOS GERAIS.....	4
1.3. ATO DE CREDENCIAMENTO DO CURSO.....	6
1.4. HISTÓRICO DO CURSO.....	6
2. CONTEXTOS INSTITUCIONAIS.....	9
2.1. DA MANTENEDORA.....	9
2.1.1. Identificação.....	9
2.1.2. Dirigente Principal.....	9
2.1.3. Finalidades.....	9
2.2. DA MANTIDA.....	10
2.2.1. Identificação.....	10
2.2.2. Atos Legais de Constituição.....	10
2.2.3. Dirigentes Principais.....	10
2.2.4. Histórico da IES.....	11
2.2.5. Área de Atuação e Inserção Regional.....	13
2.2.6. População da Área de Influência do UNIFACEX.....	13
2.2.7. Contexto Educacional.....	14
2.3. CARACTERÍSTICAS DA INSTITUIÇÃO.....	20
2.3.1. Perfil Institucional.....	20
2.3.1.1. Missão.....	20
2.3.1.2. Visão de Futuro.....	20
2.3.1.3. Princípios.....	21
2.3.1.4. Objetivo Geral.....	22
2.3.1.5. Objetivos Específicos.....	23
2.3.2. Autoavaliação Institucional.....	24
2.3.3. Sistemas de Informação e de Comunicação.....	27
3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	29
3.1.1. Apresentação do projeto do curso.....	29
3.1.2. Justificativa do Curso.....	29
3.1.3. Concepção do Curso.....	31
3.1.4. Articulação do PPC com o PDI.....	32
3.1.5. Concepção do processo ensino-aprendizagem.....	34
3.1.6. Regime acadêmico, estrutura e duração do Curso.....	34
3.1.7. Interdisciplinaridade no Curso.....	34
3.1.8. Flexibilidade.....	35
3.1.9. Concepção de pesquisa, foco em iniciação científica.....	35
3.1.10. Concepção de extensão.....	36
3.2. OBJETIVOS DO CURSO.....	38
3.3.1. Geral:.....	38
3.3.2. Específicos:.....	39
3.4. PERFIL DO EGRESSO.....	40
3.5. ESTRUTURA CURRICULAR.....	41
3.5.1. MATRIZ DE CONVERGÊNCIA DAS DISCIPLINAS E SUAS RESPECTIVAS COMPETÊNCIAS DE CURSO.....	43
3.6. CONTEÚDOS CURRICULARES.....	45
3.7. METODOLOGIA.....	46
3.8. ESTÁGIO SUPERVISIONADO CURRICULAR (ESTÁGIO OBRIGATÓRIO).....	47
3.9. ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	47
3.10. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	48

3.11.	APOIO AO DISCENTE.....	48
3.11.1.	Acolhimento.....	48
3.11.2.	Apoio psicopedagógico ao discente.....	49
3.11.3.	Mecanismos de Nivelamento.....	49
3.11.4.	Atendimento Extraclasse.....	50
3.11.5.	Monitoria.....	51
3.11.6.	Organização Estudantil.....	51
3.11.7.	Concessão de Bolsas.....	52
3.11.8.	Estágios não obrigatórios.....	52
3.12.	GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA.....	55
3.13.	ATIVIDADES DE TUTORIA.....	57
3.14.	CONHECIMENTO, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS AS ATIVIDADES DE TUTORIA.....	58
3.15.	TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM	59
3.16.	SALA VIRTUAL.....	60
3.17.	MATERIAL DIDÁTICO.....	61
3.18.	PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO- APRENDIZAGEM.....	61
3.19.	NÚMERO DE VAGAS.....	64
4.	CORPO DOCENTE E TUTORIAL.....	65
4.1.	NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) DO CURSO.....	65
4.2.	EQUIPE MULTIDISCIPLINAR.....	66
4.3.	ATUAÇÃO DO COORDENADOR.....	67
4.3.1.	Participação efetiva da coordenação do curso em órgãos colegiados acadêmicos da IES.....	70
4.4.	REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO.....	71
4.5.	CORPO DOCENTE (TITULAÇÃO).....	72
4.6.	REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO.....	72
4.7.	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE.....	73
4.8.	EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR.....	74
4.9.	EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	76
4.10.	EXPERIÊNCIA DE TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	77
4.11.	ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO.....	77
4.12.	TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES DO CURSO.....	78
4.13.	EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	78
4.14.	INTERAÇÃO, ENTRE TUTORES, DOCENTES E COORDENADORES DE CURSO A DISTÂNCIA.....	79
4.15.	PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA.....	81
5.	INFRAESTRUTURA.....	82
5.1.	ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL.....	82
5.2.	ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR.....	82
5.3.	SALA COLETIVA DOS PROFESSORES.....	83
5.4.	SALAS DE AULAS.....	83
5.5.	ACESSO A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PELOS ALUNOS.....	84
5.6.	BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR.....	85
5.7.	BIBLIOTECA DO UNIFACEX.....	98
5.7.1.	Instalações Físicas da Biblioteca.....	98
5.7.2.	Horário de Funcionamento da Biblioteca.....	99
5.7.3.	Serviços Ofertados pela Biblioteca.....	99
5.7.4.	Política de Aquisição, Expansão e Atualização do Acervo Bibliográfico.....	100
5.7.5.	Acervo da Biblioteca.....	100
5.8.	LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA.....	102
5.9.	Condições de acesso para pessoas com deficiência	103

1. DADOS GERAIS DA IES E DO CURSO

1.1. ATO DE CREDENCIAMENTO DA IES

O Centro Universitário UNIFACEX foi criado considerando-se o que normatiza a alínea **d** do artigo 2º do Estatuto da Mantenedora: “criar, instalar e manter estabelecimentos de ensino de todos os níveis, prioritariamente de nível superior, com estrita observância de legislação que lhe for aplicável”. A criação foi legitimada pelo Decreto n. 85.977, de 05 de maio de 1981, publicado no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 06 de maio do mesmo ano. Por solicitação da Mantenedora e considerando a implantação de novos cursos em diversas áreas, pelo Parecer CES nº 1.194/99, a Instituição teve sua denominação modificada de Faculdade para Executivos para Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão – FACEX, conforme Parecer homologado pelo Despacho do Ministro da Educação, publicado no D.O.U. de 19 de janeiro de 2000. Através da Portaria Nº 1.099 do Ministério da Educação, de 31 de agosto de 2012, a FACEX passa para a condição de Centro Universitário denominado UNIFACEX.

1.2. ATENDIMENTO DO CURSO AOS ASPECTOS NORMATIVOS GERAIS

Requisitos Legais	Contemplado como
Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme o disposto na Lei 10.098/2002, nos Decretos 3.095/2001, 5.296/2004, 6.949/2009,	A instituição apresenta condições adequadas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Referência localizada na página 102.

7.611/2011 e na Portaria 3.284/2003.	
Titulação do Corpo Docente	Todos os docentes do curso possuem pós-graduação.
Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme o art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.	A IES possui CPA implantada e atuante. Referência localizada na página 25.
Disciplina de Libras	A IES mantém a disciplina na matriz curricular como obrigatória no caso das licenciaturas e, ao mesmo tempo, oferta como optativa para os demais cursos. Referência localizada na página 45 e 97.
Carga horária mínima do curso	A Instituição está cumprindo integralmente esta exigência. Referência localizada na página 45.
Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, africana e indígena, conforme o disposto na Lei nº 11.645 de 10/03/2008, na Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004 e na Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003.	A Instituição está cumprindo às exigências das legislações através da disciplina de História, Sociedade e Cultura e em outras atividades de forma transversal. Referência localizada nas páginas 44 e 88.
Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos	A Instituição está cumprindo as exigências das legislações através das disciplinas de Direitos Humanos, Meio Ambiente e Sustentabilidade e em outras atividades de forma transversal. Referência localizada nas páginas 44 e 89.
Políticas de educação ambiental, conforme o disposto na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e no Decreto nº 4.281, de junho de 2002.	A Instituição está cumprindo as exigências das legislações através das disciplinas de Gestão Socioambiental e em outras atividades de forma transversal. Referência localizadas páginas 44 e 89.
NDE	O NDE possui, no mínimo, 5 docentes do curso; seus membros atuam em regime de tempo integral ou parcial (mínimo de 20% em tempo integral);

	pelo menos 60% de seus membros possuem titulação stricto sensu; tem o coordenador de curso como integrante; Referência localizada na páginas 61 e 62.
Estágio Supervisionado, Atividade complementar	Conforme as Diretrizes do curso. Referências localizadas nas páginas 41 e 42.
TCC	Não se aplica. Não é obrigatório nos Cursos Superiores de Tecnologia.
Tempo de Integralização	Conforme as Diretrizes do Curso na página 05.

1.3. ATO DE CREDENCIAMENTO DO CURSO

Denominação do curso:	Curso Superior de Tecnologia em Políticas e Estratégias Públicas				
Modalidade:	Presencial				
Endereço de oferta do curso:	R. Orlando Silva, 2896 - Capim Macio, Natal - RN, 59080-020				
Ato Legal de Autorização	Portaria nº 32/2019.				
Turno de funcionamento:	Integral	Matutino	Vespertino	Noturno	Total
(*)Nº. de vagas anuais oferecidas:	-	-	-	50	50
Regime de matrícula:	Semestral por disciplina				
Dimensão das turmas:	Teórica		Prática		
	50 (cinquenta) alunos		-		
Duração do curso:	Tempo Mínimo		Tempo Máximo		
	04 (quatro) semestres = 02 (dois) anos		08 (oito) semestres = 04 (quatro) anos		

1.4. HISTÓRICO DO CURSO

O Centro Universitário Facex - UNIFACEX apresenta o Credenciamento para a oferta de Cursos Superiores de Tecnólogos em Políticas e Estratégias Públicas. O UNIFACEX está em conformidade com todos os requisitos do SINAES, com IGC Conceito 4 (quatro) e situado no IGC contínuo como o melhor Centro Universitário do país.

O Curso Superior de Superior de Tecnologia em Políticas e Estratégias Públicas atende aos requisitos legais das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos Superiores de Tecnologia - CST em carga horária, período de integralização, temas transversais obrigatórios e está alinhado, em sua proposta, ao contexto social a que se destina no Estado do Rio Grande do Norte.

A IES tem 180 professores qualificados: doutores, mestres e especialistas, que se dedicam a preparar seus discentes para o mercado de trabalho com uma formação profissional e humana. A instituição possui 5 unidades com aproximadamente 30.000m² de área construída, 109 salas de aulas, auditórios, anfiteatros e laboratórios especializados. Todas as instalações são modernas, bem equipadas, adaptadas às pessoas com deficiência, permitindo o amplo funcionamento de todas as atividades acadêmicas desenvolvidas no ensino, na extensão e na iniciação científica.

A Instalação do Curso Superior de Tecnólogos em Políticas e Estratégias Públicas traz, na modalidade presencial, ampla sintonia com as mais urgentes demandas do mercado regional. Por essa modalidade, a qualidade do ensino do UNIFACEX poderá ser estendida a todo o estado do Rio Grande do Norte.

O curso Superior de Tecnólogos em Políticas e Estratégias Públicas, além de atender um perfil discente diferenciado, favorece a inclusão social de maneira mais facilitada, pois consegue chegar, através dos recursos tecnológicos, a regiões onde o acesso à informação é limitado fisicamente. Logo, não há a necessidade de deslocamento aos grandes centros,

flexibilizando, inclusive, o contato do discente com o conhecimento que, por meio de maiores interações nos diversos mecanismos de aprendizagem disponibilizados e do respeito à agenda de formação proposta, pode aprender colaborativamente.

O curso está de acordo com a Resolução 03/2002 do CNE, tendo uma carga horária total de 1600 horas. Cumpre também, transversalmente, com as exigências que tratam da educação ambiental, bem como do respeito aos temas ligados à educação em direitos humanos e às diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

Essa proposta pedagógica traz algumas características, como a exigência da própria contemporaneidade pela flexibilidade no processo de ensino e aprendizagem, em que o aluno é o autor do seu processo de profissionalização que, a partir de metodologias dinâmicas diversas, concebe uma aprendizagem calcada no indivíduo e construída no coletivo por meio de recursos tecnológicos.

2. CONTEXTOS INSTITUCIONAIS

1.5. DA MANTENEDORA

1.5.1. IDENTIFICAÇÃO

Mantenedora CIFE - CENTRO INTEGRADO PARA FORMAÇÃO DE EXECUTIVOS

CNPJ:	08.241.911/0001-12		
End.:	RUA ORLANDO SILVA	nº:	289 6
Bairro:	CAPIM MACIO	Cidade :	NATAL
		CEP :	59080- 020
		UF :	RN
Fone:	(84) 3235-1415	Fax :	(84) 3235-1433
E-mail:	secretaria@facex.com.br		

1.5.2. DIRIGENTE PRINCIPAL

Nome:	JOSÉ MARIA BARRETO DE FIGUEIREDO
CPF:	004.254.604-44
E-mail:	secretaria@facex.com.br

1.5.3. FINALIDADES

A Mantenedora tem como finalidades educativas o desenvolvimento:

- De uma atitude de curiosidade, de reflexão e de crítica frente ao conhecimento e à interpretação da realidade;
- Da capacidade de utilizar crítica e, criativamente, as diversas linguagens do mundo contemporâneo;
- Da autonomia, da cooperação e do sentido de corresponsabilidade nos processos de desenvolvimento individuais e coletivos;
- De uma atitude de valorização, de cuidado e de responsabilidade individual e coletiva em relação à saúde;
- Da competência para atuar no mundo do trabalho dentro de princípios de respeito por si mesmo, pelos outros e pelos recursos da comunidade;
- Do exercício da cidadania para a transformação crítica, criativa e ética das realidades sociais;
- Da motivação para dar prosseguimento à própria educação, de forma sistemática e assistemática;
- Do pleno exercício de suas funções cognitivas e socioafetivas;
- Da capacidade de aprender com autonomia e de assimilar o crescente número de informações, adquirindo novos conhecimentos e habilidades;

Da capacidade de enfrentar situações inéditas com dinamismo, flexibilidade e criatividade; e

Da capacidade de usar o conhecimento para ser feliz, relacionar-se com a natureza, ser gestor da própria vida e ajudar os outros.

1.6. **DA MANTIDA**
1.6.1. IDENTIFICAÇÃO

Mantida:	Centro Universitário Facex (UNIFACEX)		
End.:	Rua Orlando Silva	nº	289
		:	7
Bairro:	Capim Macio	Cidade	Natal
		:	
		CEP:	59.080-020
		UF	RN
		:	
Fone:	(84) 3235-1415	Fax:	(84) 3235-1433
E-mail:	secretaria@facex.com.br		
Site	www.unifacex.com.br		

1.6.2. ATOS LEGAIS DE CONSTITUIÇÃO

DADOS DE CREDENCIAMENTO:	
Documento/Nº:	Portaria nº 953/2018
Data Documento:	14 de setembro de 2019

1.6.3. DIRIGENTES PRINCIPAIS

Cargo	Reitora
Nome:	Candysse Medeiros de Figueiredo
Fone:	(84) 3235-1404
Fax:	(84) 3235-1433
E-mail:	candysse@unifacex.com.br

Cargo	Pró-Reitor Acadêmico
Nome	Richard Medeiros de Araújo
:	
Fone:	(84) 3235-1415
Fax:	(84) 3235-1433
E-mail:	prorac@unifacex.edu.br

1.6.4. HISTÓRICO DA IES

O Centro Universitário Facex - UNIFACEX tem os seus primórdios em 23 de maio de 1972, quando, por determinação de sua mantenedora, no Centro Integrado para Formação de Executivos foi implantado o curso de Secretariado Executivo. Surgia, através dessa primeira ação pedagógica da mantida, a Faculdade para Executivos. Como tivesse sua origem em curso livre, a Faculdade pautou o seu fazer educacional, cumprindo o currículo pleno estabelecido pelo Conselho Federal de Educação.

Essa autonomia permitiu à mantenedora regularizar sua mantida, de acordo com o disposto na Portaria Ministerial nº 942/79, bem como autorizar o seu curso matriz. Nesse aspecto, a comissão verificadora foi incisiva no seu parecer ao pronuncia-se *in verbis*: este curso oferece condições para autorização e funcionamento. Através do Parecer SESU 267/19881, ficou autorizado o Curso de Secretariado Executivo, homologado através do Decreto nº 85.977, de 05 de maio de 1981.

Estava assim a Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte, sucedânea da Faculdade para Executivos, devidamente legalizada, bem como suas ações pedagógicas retroagindo a 1972. Em síntese, o UNIFACEX conta hoje com 26 cursos superiores devidamente autorizados. Desses, quinze já passaram pelo processo de Reconhecimento, três aguardam a designação de Comissão para Reconhecimento e quatro ainda não atingiram o tempo mínimo necessário para solicitar o Reconhecimento.

A Instituição possui um Corpo Docente com mais de 180 professores qualificados: doutores, mestres e especialistas, os quais se dedicam a preparar seus discentes cuidadosamente para construir o Brasil do futuro. Colaboradores da Central de Atendimento, Biblioteca e Laboratórios estão sempre disponíveis para recebê-los.

A instituição tem 5 Unidades construídas, com 89 salas de aulas, auditórios, anfiteatros, laboratórios especializados, reservadas ainda as

salas da Educação Infantil, com 20.000m² de área construída. Todas as instalações são modernas, bem equipadas e adaptadas às pessoas com deficiência, permitindo o amplo funcionamento de todas as atividades acadêmicas desenvolvidas no ensino, na pesquisa e extensão.

O UNIFACEX já formou, ao longo destes 46 anos, mais de 5000 alunos, nos seus diversos cursos, colocando, no mercado de trabalho, profissionais capacitados, com espírito inovador e empreendedor, mudando a realidade regional e do país.

O programa da Pós-Graduação conta cerca de 33 cursos de pós-graduação *lato sensu*. Todos os cursos da pós-graduação do UNIFACEX seguem rigorosamente a legislação pertinente e os certificados têm validade nacional, atendendo à **Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018**.

A instituição apresenta IGC 4. Em 2014, foi publicada a homologação do Parecer 106/2012, do Conselho Nacional de Educação pelo Exmo. Ministro da Educação, transformando a Instituição em Centro Universitário FACEX.

No final do mês de novembro de 2017, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou o resultado dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior. Pelo segundo ano consecutivo, o UNIFACEX obteve o maior IGC entre todos os Centros Universitários do Brasil.

Além desse, o UNIFACEX se destacou entre as Instituições de Ensino Superior do estado, encabeçando o ranking. No comparativo, os cursos do UNIFACEX se destacam como melhores entre todas as instituições públicas e privadas do estado.

Segundo avaliação do Inep, o Centro conquistou Conceito 4 (IGC contínuo 3.6615) no Índice Geral de Cursos (IGC), indicador de qualidade que avalia as Instituições de Ensino Superior.

1.6.5. ÁREA DE ATUAÇÃO E INSERÇÃO REGIONAL

Localizado na região Nordeste do Brasil, o estado do Rio Grande do Norte possui uma área de 52.796,791 km² e, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, tem uma população estimada em 3.168.027 habitantes. A capital, Natal, de acordo com a última atualização do Censo 2010, tem 807.739 habitantes.

Além de Natal, o estado tem duas outras cidades com mais de 150 mil habitantes: Mossoró (259.815 habitantes) e Parnamirim (202.456 habitantes). Com mais de 50 mil habitantes, temos os municípios de São Gonçalo do Amarante (87.668 habitantes), Ceará-Mirim (68.141 habitantes), Macaíba (69.467 habitantes), Caicó (62.709 habitantes) e Assu (53.227 habitantes).

1.6.6. POPULAÇÃO DA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO UNIFACEX

O UNIFACEX é uma instituição de ensino superior localizada na região metropolitana da cidade de Natal-RN. Além da capital do estado, o UNIFACEX atende a outros municípios em uma região bastante povoada. A Tabela 1, a seguir, demonstra a área de atuação do UNIFACEX que, de forma geral, atende à região metropolitana de Natal e aos municípios circunvizinhos, totalizando, aproximadamente, 1.473.267 habitantes.

LOCAL	POPULAÇÃO
ESTADO	3.168.027
Natal	869.954
Parnamirim	242.384
Ceará-Mirim	72.878
Macaíba	78.021
Extremoz	27.525
São Gonçalo do Amarante	98.260
São José de Mipibú	39.776

LOCAL	POPULAÇÃO
Monte Alegre	20.685
Nísia Floresta	23.784

Tabela 1: População de Natal e dos municípios circunvizinhos
Fonte: IBGE (2015)

Vivemos um momento na história humana em que conhecer é empoderar-se. O mercado busca profissionais que apresentem um currículo que evidencie o seu interesse pelo conhecimento, pois, em um mundo globalizado, é exigido dos profissionais o estabelecimento de conexões e competências que só o conhecimento é capaz de mobilizar.

É importante destacar que a dinamicidade das mudanças de natureza social, política, econômica, cultural e tecnológica, oriundas do reflexo da globalização, repercute na necessidade das pessoas apropriarem-se do conhecimento sistematizado para fazer frente às novas exigências do mundo do trabalho e da própria sociedade.

Nesse contexto, a busca da população pelo acesso à educação tornou-se um imperativo por parte dos cidadãos, fato que tem ocasionado impactos na educação superior, sob diversos aspectos.

No Rio Grande do Norte, o UNIFACEX desenvolve suas atividades no município de Natal, mas os reflexos da sua ação são sentidos numa área de abrangência formada, principalmente, por 09 municípios, conforme mostra a Tabela 1 anterior.

Apesar dos avanços obtidos, nos últimos anos, com o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), é evidente a importância da participação das instituições privadas para a inclusão e a melhoria do ensino superior no Brasil, devido, principalmente, à limitação que os meios públicos demonstram de atender a demanda existente.

De forma qualitativa, o quadro educacional da sociedade brasileira, e também norte-rio-grandense, tem mostrado avanços significativos. As instituições privadas participam ativamente do processo de inclusão dos brasileiros que, até então, estavam marginalizados e excluídos da educação superior.

1.6.7. CONTEXTO EDUCACIONAL

Até a segunda metade da década de 1990, foi realizada, no Brasil, uma reforma educacional sem precedentes, que ainda está em processo. Com efeito, do ensino fundamental ao superior, uma institucionalização de leis e decretos, promulgados desde 1995, acionou mudanças em aspectos tão variados quanto financiamento, gestão, acesso, avaliação, currículo e carreira docente. Continuou avançando através de outros modelos de gestão da educação brasileira.

A oferta no Ensino Médio em 2017 totalizou 7.930.384 matrículas, 2,49% menor que em 2016. Do total de vagas ofertadas no Brasil, 92,13% (7.306.275) constam no regime de tempo parcial e 7,87% (624.109) em regime de tempo integral. Assim como em anos anteriores, a rede estadual continua a ser a maior responsável pela oferta de ensino médio, com 84,75% das matrículas. A rede privada atende 12,84% e as redes federal e municipal atendem juntas pouco mais que 3% (INEP 2017).

De acordo com a Sinopse Estatística da Educação Básica (INEP 2017), essa distribuição ocorre em todas as regiões, com pequenas variações. Das 126.265 vagas ofertadas no Rio Grande do Norte em 2017, 98.397 (77,93%) foram ofertadas pela rede estadual, 16.213 (12,84%) pela rede privada, 11.655 (9,23%) pela rede federal de ensino. Não houve, nesse período, oferta de vagas na rede municipal para o Ensino Médio.

Unidades da Federação	Nº Matrículas Ensino Médio
Nordeste	2.220.128
Maranhão	318.515
Piauí	141.248
Ceará	369.610
R. G. do Norte	126.265
Paraíba	143.636
Pernambuco	352.383
Alagoas	118.933

Sergipe	79.237
Bahia	570.301

Número de matrículas no Ensino Médio em 2017.
Fonte: MEC/Inep/Deed.

A Educação Básica tem por finalidade, segundo o artigo 22 da LDB, "desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores".

Essa última finalidade deve ser desenvolvida precipuamente pelo ensino médio, uma vez que entre as suas finalidades específicas incluem-se "a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando" a ser desenvolvida por um currículo que destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania.

O MEC está em processo de implementação do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), que é definido como uma ferramenta gerencial que orienta a administração escolar. Todas as ações realizadas com os Estados e Municípios necessitam de articulações através da construção e apresentação de Plano de Ações que contemplem inclusão, espaço de participação da comunidade escolar, atuação dos conselhos, garantindo a democracia, a descentralização do poder e a desconcentração do fazer administrativo, acadêmico e pedagógico.

A expansão do ensino superior tem sido uma realidade educacional em todo o Brasil, pois as Instituições de Ensino Superior (IES) respondem às necessidades e às exigências do mercado. Para uma melhor visualização do crescimento, vejamos os dados a seguir.

Evolução do Número de Cursos de Graduação, por Categoria Administrativa e Matrículas – Brasil
– 2012– 2016.

Categoria Administrativa						
Ano	Total	Total	Federa	Estadu	Munici	Privada

	Geral	Pública	Federal	Estadual	Municipal	
2012	31.866	10.905	5.978	3.679	1.248	20.961
2013	32.049	10.850	5.968	3.656	1.226	21.199
2014	32.878	11.036	6.177	3.781	1.078	21.842
2015	33.501	10.769	6.313	3.709	747	22.732
2016	34.366	10.542	6.234	3.574	734	23.824
Matrículas						
Ano	Total Geral	Total Pública	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2016	8.048.701	1.990.078	1.249.324	623.446	117.308	6.058.623

Tabela elaborada pela Deed/Inep. Observação: Não inclui Área Básica de Ingresso (ABI).

Fonte: MEC/Inep/Deed (2012 - 2016).

O Brasil registrou 8.048.701 estudantes matriculados em cursos de graduação no ensino superior, segundo dados do Censo da Educação Superior divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (2017). Os números são referentes ao ano de 2016.

São 21.404 matrículas a mais que em 2015, um crescimento de 0,27%, sendo 1,94% na rede pública e uma redução de 0,27% na rede privada. O crescimento do número de matrículas foi inferior em relação ao censo anterior, quando o número de matrículas aumentou 2,55% de 2014 para 2015, especialmente a rede privada de ensino, que registrou nesse mesmo período um aumento de 3,55%.

A sinopse mostrou também que em 2016 o número de concluintes subiu em 1,69% em relação ao número de concluintes de 2015. De igual modo, esse aumento foi inferior ao observado na sinopse anterior, quando foi registrado um aumento de 11,97% no número de concluintes de 2014 para 2015, tendo a rede privada um aumento de 15,90%.

Do total de estudantes universitários, 6 milhões (75,27%) estão nas instituições particulares. O restante (2 milhões) divide-se entre instituições federais (1,24 milhão), estaduais (623 mil) e municipal (117 mil). Os alunos matriculados em cursos de graduação no Brasil estão distribuídos em 34.366 cursos, oferecidos por 2.407 instituições.

Os dados mostram uma redução de 3,74% no número de alunos que ingressam em cursos de graduação presenciais (caiu de 2.225.663 em 2015 para 2.142.463 em 2016). Se comparado à marca alcançada em 2013 (2.742.950), a redução marca 21,89%. Em termos nominais, houve, nesse período, uma redução de 600.487 discentes ingressando em cursos superiores presenciais no Brasil.

No estado Rio Grande do Norte é possível visualizar, a seguir, a evolução do perfil das IES que compõem a oferta.

Instituições de Ensino Superior (IES) no RN (2012-2016)

Ano	Instituição de Ensino Superior			
	Privadas	% variação	Públicas	% variação
2012	19	-	5	-
2013	20	5,26%	5	0
2014	23	15%	5	0
2015	23	0	5	0
2016	23	0	5	0

Fonte: MEC/Inep/Deed (2012 - 2016).

Os dados mostram que o número de IES públicas permaneceu inalterado no RN no período analisado, 2012-2016. Quanto às instituições privadas, essas exibiram um crescimento de 5,26% no ano de 2013. No ano subsequente, observou-se um crescimento significativo (15%) no mesmo quesito e, desde então, o número de IES privadas (23) mantém-se inalterado até a última publicação (2016). Avançando, demonstramos as matrículas ocorridas nas IES do Rio Grande do Norte, no período compreendido entre 2012 até 2016.

Matrícula nos cursos de graduação presencial das IES do RN (2012-2016)

Ano	IES Públicas	% variação	IES Privadas	% variação
2012	44.896	-	57.926	-
2013	47.790	6,45%	63.074	8,89%
2014	48.246	0,95%	62.277	-1,26%
2015	49.574	2,75%	63.276	1,60%
2016	50.117	1,10%	55.516	-12,26%

Fonte: MEC/Inep/Deed (2012 - 2016).

As matrículas nos cursos de graduação presencial das instituições públicas e privadas aumentaram no geral em 2,73% no RN, passando de 102.822 em 2012 para 105.633 em 2016. As IES públicas detêm 47,44% das matrículas e, as privadas, 52,56%. Nas públicas, o aumento de matrículas no mesmo período foi de 11,63% e, nas privadas, houve uma redução de 4,16% . Ainda sobre o número de matrículas nos cursos de graduação presencial das IES do RN, evidencia-se que, em 2013, houve um aumento substancial, 7,82%, e, desde então, verifica-se números levemente superiores nas IES públicas e inferiores nas instituições privadas.

O crescimento do número de matrículas nas IES públicas acontece no período de modo crescente e contínuo, enquanto que nas IES privadas há oscilação, sendo verificada até taxa de crescimento fortemente negativa, a de - 12,26% no ano de 2016.

Em contraponto, no que diz respeito ao número de cursos de graduação presencial nas IES do RN, a análise é inversa. O número de cursos ofertados nas IES públicas do RN reduziu 6,6%, saindo de 288 em 2012 para 269 em 2016, ao passo que nas IES privadas houve um aumento de 30%, como se visualiza a seguir.

Número de Cursos de Graduação presencial nas IES do RN (2012-2016)

Ano	IES Públicas	% variação	IES Privadas	% variação
2012	288	-	170	-
2013	278	-3,5%	185	8,8%
2014	264	-5,0%	201	8,6%
2015	269	1,9%	210	4,5%
2016	269	0,0%	221	5,2%

Fonte: MEC/Inep/Deed.

O quadro anterior mostra o número de cursos de graduação presencial nas IES do RN que totalizam 490, no período de 2012 a 2016, sendo que, em 2016, as públicas detinham 54,9% dos cursos e superam

em 48 cursos as IES privadas. É possível inferir, portanto, que o indicador de número de alunos por curso tem reduzido nas IES privadas.

Embora os dados apresentem o domínio das IES públicas no que diz respeito ao número de cursos de graduação presencial, é importante observar que não houve evolução percentual nesta categoria de 2015 para 2016. Na rede privada percebem-se aumentos consideráveis e sequenciais, totalizando, em 2016, a oferta de 221 cursos presenciais no estado.

As 28 (vinte e oito) IES do estado do Rio Grande do Norte equivalem apenas a 1,16% do total do País e 5,83% da Região Nordeste. Destas, 23 são instituições privadas que respondem por 50.117 matrículas que correspondem a 47,44% das efetivadas no ensino superior do estado, dados do Censo do Ensino Superior de 2016.

O INEP (2015) traz um panorama do Plano Nacional de Educação-PNE (2014-2024), em que mostra a necessidade de ampliação da oferta de vagas no ensino superior brasileiro. A meta 12 do PNE objetiva elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. Com isso, o espaço institucional para contribuição do Centro Universitário FACEX com o cumprimento da referida meta vai ao encontro da necessidade da própria política de educação proposta.

É evidente que a Meta é desafiadora, pois, como reflete o INEP (2015), não obstante a tendência de crescimento da taxa bruta de matrícula observada entre 2012 e 2016, o indicador ainda se encontra distante da meta para 2024 que é de 50%.

Esse crescimento que o mundo da educação vem carecendo é o *locus* de ação das IES Privadas, que somada com as demais decisões de outras IES devem envidar esforços para o alcance da Meta 12 e das demais constantes no PNE e que couberem ao ensino superior. De forma qualitativa, o quadro educacional da sociedade brasileira, e também norte-

rio-grandense, tem mostrado avanços significativos. As instituições privadas participam ativamente do processo de inclusão dos brasileiros que até então estavam marginalizados e excluídos da educação superior.

Diante dessa realidade, o UNIFACEX, respaldado em 47 anos de serviços prestados à educação regional, apresenta-se à sociedade noroeste-grandense como uma opção de ensino superior que contribui para melhorar a oferta de conhecimentos, técnicos e científicos, para os alunos oriundos do ensino médio através de cursos reconhecidos pelo MEC e distribuídos nas diversas áreas do conhecimento.

A proposta de desenvolvimento do UNIFACEX vem ao encontro do compromisso de manter o progressivo crescimento para atender às necessidades locais e regionais de forma que faça desta Instituição uma das principais referências em ensino, pesquisa/iniciação científica e extensão do estado do Rio Grande Norte.

1.7. CARACTERÍSTICAS DA INSTITUIÇÃO

1.7.1. PERFIL INSTITUCIONAL

1.7.1.1. Missão

A missão do Centro Universitário FACEX, é “disseminar os saberes, entendendo o contexto e atendendo a sociedade por meio do ensino, da iniciação científica e da extensão, comprometido com o desenvolvimento político, ético, cultural e socioambiental.”

1.7.1.2. Visão de Futuro

Em sua visão de futuro, o Centro Universitário FACEX pretende consolidar-se como uma das mais importantes instituições de ensino superior do estado e da região, contribuindo com o ensino, com a iniciação científica e com a extensão, sempre sintonizado com as tendências e as

vocações do mundo do trabalho e com o desenvolvimento sustentável da região onde está inserido.

1.7.1.3. Princípios

A missão institucional demonstra que o Centro Universitário FACEX está comprometido com a qualidade intelectual da formação de seus alunos, com a qualidade do atendimento às necessidades, aos anseios e às expectativas da sociedade, formando profissionais competentes e capazes de encontrar soluções criativas para os problemas locais, regionais e nacionais.

Esse compromisso institucional está ancorado em princípios filosóficos e crenças ético-educacionais que norteiam as suas ações, entre os quais cabe destacar:

Consciência de sua responsabilidade social, compromissado com os valores de justiça, de igualdade e de fraternidade;

Atuação permanente no resgate da cidadania – na formação do cidadão, ser ético e político, consciente de seus direitos e deveres, apto a intervir no processo de desenvolvimento socioeconômico da comunidade em que atua, com uma visão integradora de sociedade e do mundo;

Ação aglutinadora, aberta a todo saber, crítica, criativa e competente, capaz de contribuir com o desenvolvimento do Estado e da região em que está inserido.

Compromisso com resultados na busca contínua do elevado desempenho acadêmico-científico de sua comunidade;

Disponibilidade para fazer parcerias e alianças com outras instituições, objetivando desenvolver programas de integração com vistas à formação e ao aperfeiçoamento dos valores humanos; Igualdade de condições para o acesso e a permanência na Instituição;

Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

Respeito à liberdade e apreço à tolerância;

Garantia de padrão de qualidade e vinculação entre a formação acadêmica, o trabalho e as práticas sociais.

1.7.1.4. **Objetivo Geral**

Formar profissionais e desenvolver atividades acadêmicas nas diversas áreas do conhecimento, estimulando a criação cultural, o espírito científico e o pensamento reflexivo, bem como a construção dos valores humanos, tendo em vista os problemas do mundo presente, visando contribuir para o desenvolvimento local, regional e nacional.

Destaca-se que o objetivo geral será traduzido da seguinte forma:

Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, propiciando condições de educação ao homem, como sujeito e agente de seu processo educativo e de sua história, pelo cultivo do saber, em suas diferentes vertentes, formas e modalidades;

Formar valores humanos nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira;

Incentivar e apoiar a iniciação e a investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e à criação e à difusão da cultura;

Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e aos benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica gerada no Centro Universitário;

Preservar os valores éticos, morais, cívicos e cristãos, contribuindo para aperfeiçoar a sociedade, na busca do equilíbrio e bem-estar do homem;

Ser uma instituição aberta à sociedade, contribuindo para o desenvolvimento de todas as faculdades intelectuais, físicas e espirituais do homem; e

Ser uma instituição compromissada com o desenvolvimento da cidade de Natal e, em especial, do estado do Rio Grande do Norte e com a preservação da memória das manifestações culturais e folclóricas de seu povo.

1.7.1.5. **Objetivos Específicos**

Para atender ao objetivo geral, foram delineados os seguintes objetivos específicos:

Aperfeiçoar, permanentemente, a organização administrativa com vistas à eliminação de disfunções burocráticas e à promoção da gestão proativa de médio e de longo prazo;

Desenvolver o corpo docente e técnico-administrativo, viabilizando a associação entre o máximo de qualificação acadêmica com o máximo de compromisso social da Instituição;

Sistematizar projetos e programas para garantir o acesso, a permanência e o desenvolvimento do corpo discente;

Aperfeiçoar a organização didático-pedagógica de forma a garantir atividades e serviços acadêmicos de excelência;

Ofertar cursos de graduação e de pós-graduação nas diferentes áreas de conhecimento e em consonância com os anseios da sociedade e, conseqüentemente, com o mercado de trabalho;

Fomentar a investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, a difusão da cultura e o entendimento do homem e do meio em que vive;

Promover a extensão e a cultura extensionista, aberta à participação da comunidade, visando à difusão dos resultados e dos benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica;

Propiciar condições e infraestrutura compatível com a comunidade acadêmica e com o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas pelo Centro;

Consolidar mecanismos de gestão financeira e orçamentária que permitam o desenvolvimento institucional sustentável;

Aprimorar o processo de acompanhamento e avaliação das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, do planejamento e da gestão universitária.

Ressalta-se que esses objetivos específicos representam o fundamento para a construção das metas e do plano de ação institucional.

1.7.2. AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A política adotada pela Instituição para a avaliação institucional visa a assegurar uma sistemática de avaliação interna e externa, que contemple as dimensões qualitativa e quantitativa, vitais para o acompanhamento e o aperfeiçoamento do modelo de gestão atual.

Para o sucesso do planejamento e da gestão organizacional, e para que os objetivos e metas aqui definidos sejam efetivamente atingidos, é fundamental que haja um acompanhamento efetivo de todo o processo de elaboração e de implantação do PDI, bem como verificar se os resultados obtidos estão em consonância com os planejados. O acompanhamento dos objetivos e das ações realizadas permite que eles possam ser revistos e alterados, ante o dinamismo do processo educacional.

A Avaliação Institucional, atividade de natureza permanente, tem por objetivo o aprimoramento da eficácia institucional e da efetividade acadêmica e social, por meio da valoração da prática dos princípios, das finalidades e dos objetivos da Instituição. Os processos de Avaliação, com a participação de todos os segmentos acadêmicos e administrativos da Instituição, objetivando estabelecer um confronto entre as políticas institucionais e a sua efetiva implementação por meio de atividades, cursos, programas, projetos e setores, devem ser desenvolvidos em conformidade com Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e com outros instrumentos de gestão, considerando as diferentes dimensões institucionais previstas no SINAES. Os resultados dessa avaliação servirão como auxílio para melhoria da gestão do curso,

de cunho administrativo, com proposições de ações, e nas atividades de suporte ao ensino, à iniciação científica e à extensão para debates e ajustes na coordenação.

Em sendo assim, seja para cuidar que as ações estejam sendo cumpridas, seja para rever as metas inicialmente estabelecidas, o UNIFACEX faz o constante acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional, dos objetivos traçados e das metas estabelecidas por meio de um processo bem definido de avaliação.

Neste sentido, os objetivos e metas que foram frutos de ampla discussão devem ser acompanhados por toda a comunidade acadêmica. Nessa perspectiva, a avaliação do desenvolvimento institucional é um processo de criação de cultura, de busca contínua de atualização e de autossuperação pelos atores-sujeitos e de autorregulação institucional, ao nível das estruturas de poder e do sistema, assegurando, assim, sintonia com as mudanças operadas no entorno, na economia, na ciência e na tecnologia.

Pressupõe o envolvimento e a disposição de cada ator-sujeito do processo universitário na busca de patamares superiores de qualidade e de relevância de seu fazer acadêmico. Trata-se de um processo de mudança e de melhoria lento, gradual, com avanços e retrocessos, de não acomodação, de compromisso com o futuro.

A avaliação do desenvolvimento institucional é um processo, sem fim, de busca da qualidade do fazer universitário e pressupõe e exige predisposição à mudança. Dessa forma, a política para a avaliação institucional no UNIFACEX está assentada nos seguintes objetivos:

Orientar a gestão institucional, em suas dimensões política, acadêmica e administrativa, para promover os ajustes necessários à elevação do seu padrão de desempenho, em consonância com a Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004;

Reformular as políticas gerais da Instituição e implementar as medidas apontadas pelo processo avaliativo mediante o compromisso da administração com o Programa;

Aprimorar o sistema de geração, captação e sistematização dos dados acadêmicos e administrativos, permitindo assim o melhor planejamento organizacional, bem como a avaliação continuada dos produtos e processos;

Incrementar o Processo de Avaliação Institucional, interna e externa, realizando estudos e diagnósticos das atividades-fim e das atividades-meio, identificando em que medidas elas se articulam e correspondem à missão da Instituição na formação do profissional, na produção, divulgação e aplicação do conhecimento;

Tornar permanente a avaliação institucional das atividades acadêmicas e administrativas como um dos pilares da melhoria da qualidade.

Assim, a Avaliação do Desenvolvimento Institucional implica a criação de uma metodologia de acompanhamento ordenado das ações e das prioridades, analisando a distância entre o pretendido e o realizado, com a finalidade de contribuir para o aprimoramento dos processos acadêmicos e administrativos do UNIFACEX e de sua imagem na sociedade, tendo como parâmetro de eficácia o alcance social das atividades, a eficiência do funcionamento e o crescimento dessas atividades.

Desde a criação da Comissão Própria de Avaliação – CPA, instituída pelo Ato GD nº 02, de 10 de junho de 2004, e aprovada pelo CONSUP, em 11 de agosto de 2004, o processo de Autoavaliação passou a ser uma das atribuições da CPA. Para tanto se utiliza de uma gama de instrumentos de acompanhamento e de avaliação institucional que se encontra descrita no documento intitulado de “Plano de Avaliação Institucional”. Nele são detalhadas todas as fase do processo de avaliação interna, bem como aspectos metodológicos e epistemológicos relevantes. É importante ressaltar que, de forma geral e independente do instrumento utilizado, a

CPA entende que as orientações do Conselho Nacional de Ensino Superior - CONAES, através das 10 dimensões, norteiam as políticas institucionais de planejamento e de avaliação. Atualmente a autoavaliação da Instituição segue a sistemática da figura a seguir:

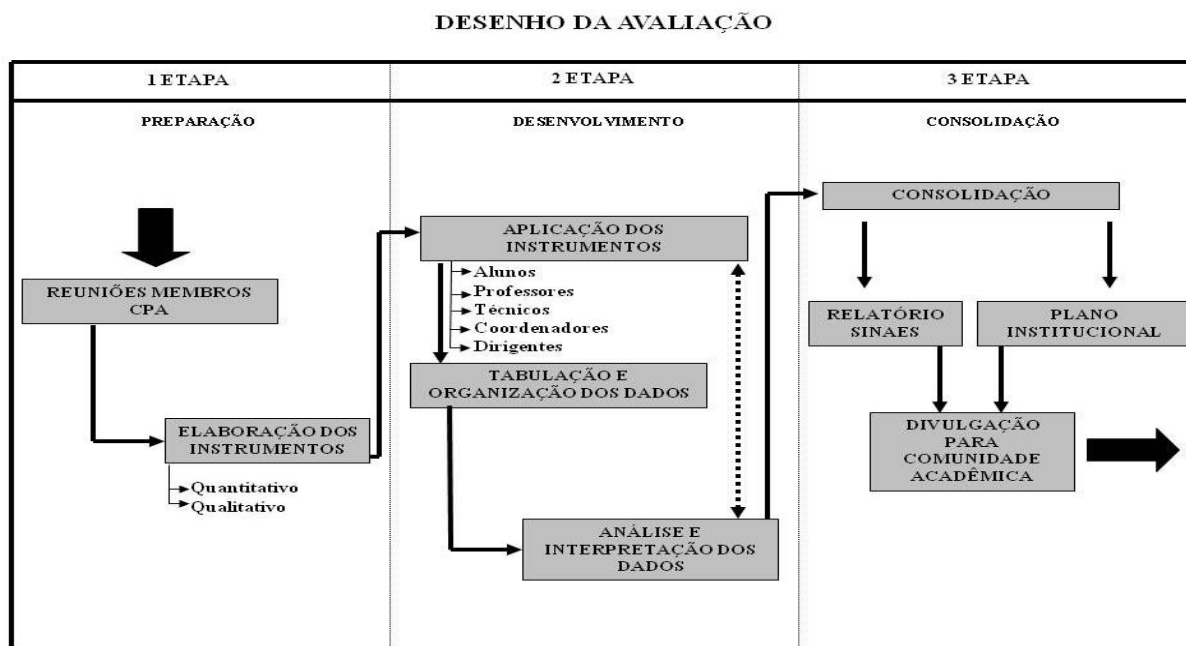


Figura 3: Sistemática de Avaliação da CPA.

1.7.3. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E DE COMUNICAÇÃO

O registro e o controle acadêmico, envolvendo todas as atividades discentes, são feitos pela Secretaria da Instituição por meio de programas informatizados apropriados para este fim. O registro acadêmico é feito por um sistema que atende aos requisitos de segurança, confiabilidade, transparência e agilidade das informações.

O sistema de informação *TOTVS* registra os dados desde o processo seletivo até a graduação dos alunos. O sistema permite: a matrícula dos alunos; a geração das turmas; acompanhamento das notas; a emissão do histórico escolar; emissão do diário de classe; acompanhamento financeiro; protocolo; espelho da folha de pagamento dos professores; gráficos de avaliação individual, em grupo, por disciplina, por curso, ingresso, evasão,

transferências e outros. Servindo à comunidade, o *Portal do Aluno* possibilita que o discente tenha acesso às informações relativas ao vínculo com a instituição, ao histórico escolar, ao acompanhamento de notas, aos boletos de pagamento e aos demais requerimentos de interesse acadêmico, tudo pela internet.

Para garantir o bom funcionamento da organização, é preciso trabalhar e aprimorar os meios de comunicação internos e externos da organização. A comunicação interna é um dos responsáveis pela eficiência operacional das atividades institucionais. Ela permite o adequado fluxo da informação e a correta execução das tarefas em todos os níveis organizacionais. Já a comunicação externa garante a interação com a sociedade, promovendo um canal bilateral de comunicação.

Para garantir a boa comunicação interna, o UNIFACEX utiliza, dentre outras ferramentas, o *e-mail*. O UNIFACEX possui domínio próprio e todos os setores e funcionários têm e-mails corporativos, facilitando assim a comunicação rápida, segura e eficiente. Para a comunicação com os alunos, a instituição edita bianualmente o Manual do Aluno, no qual são colocadas todas as informações necessárias para o direcionamento acadêmico e administrativo.

Nesse Manual estão expostos os principais pontos dos regulamentos institucionais, bem como os direitos e deveres de todos que fazem parte da comunidade acadêmica. Além disso, a instituição faz uso da importante ferramenta AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem), utilizado para viabilizar o fluxo de informação entre a comunidade acadêmica e para dar suporte nas atividades, servindo de apoio ao ensino e à aprendizagem.

Sempre que necessário, a Reitoria edita Ofício Circular comunicando as informações importantes para o bom andamento das atividades previstas no calendário acadêmico. As diversas unidades de ensino dispõem, ainda, de murais nos quais são fixadas informações pertinentes aos cursos e as suas respectivas Coordenações. O UNIFACEX também mantém em sua página na Internet, no endereço www.unifacex.com.br, as

informações atualizadas do calendário acadêmico, bem como as últimas informações institucionais. Atualmente, a Internet tem se mostrado um canal bastante eficiente para garantir um fluxo contínuo de informação entre a instituição e o meio externo.

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO- PEDAGÓGICA

2.1. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

2.1.1. APRESENTAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

Um Projeto Pedagógico de Curso encerra em si um ideal político predefinido e uma proposta detalhada de trabalho acadêmico que, por sua vez, descreve um conjunto de capacidades e habilidades a serem desenvolvidas em um dado público-alvo pretendido, tudo com base nos referenciais e nos preceitos associados a tais capacidades, bem como na metodologia a ser adotada.

Neste projeto se explicita a identidade do curso pretendido contemplando as tendências que regem a produção do saber na área do conhecimento das ciências jurídicas, pautando-se nelas para formar o profissional que se ajuste ao mercado de trabalho, quando essa necessidade se fizer presente. Em outras palavras, em sua intencionalidade, é comandado pelo futuro, pela visão prospectiva, a partir de um presente que se vive.

2.1.2. JUSTIFICATIVA DO CURSO

O curso Superior de Tecnologia em Políticas e Estratégias Públicas do Centro Universitário FACEX – UNIFACEX busca viabilizar um projeto pedagógico que possibilite a formação de profissionais dotados de competência teórica, metodológica, técnico-operativa e ético-política, sendo capazes de atender às demandas do mercado, bem como de responder ao atual contexto problemático no que se refere a transformações favoráveis aos interesses da sociedade.

Este curso justifica-se pela sua relevância social ao possibilitar um amplo leque de conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos para atuar em diversas áreas e em instituições públicas nas três esferas do Poder Executivo: municipal, estadual e federal. Tanto na administração direta como na indireta, isto é, nas autarquias, nas agências reguladoras e nas estatais, o profissional também poderá trabalhar na iniciativa privada, em empresas que prestam serviços ao poder público, com consultoria, planejamento, direção e coordenação de projetos e licitações. O Terceiro Setor (ONGs) também é fonte de colocação profissional. Assessoria e a própria carreira política podem ser caminhos interessantes.

2.1.3. CONCEPÇÃO DO CURSO

O Curso Superior de Tecnologia em Políticas e Estratégias Públicas tem a missão de formar profissionais habilitados a apreender conhecimentos e intervir na gestão de políticas públicas em suas múltiplas determinações, baseados nos princípios éticos da administração e da legislação pública.

Assim, o Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Políticas e Estratégias Públicas do UNIFACEX norteia-se pelos seguintes princípios:

Compreender a ética e a sustentabilidade como princípios que transitam por toda a formação profissional;

- Ter visão global com atenção à realidade regional e local;
- Estimular o exercício do pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional;
- Praticar o enfoque teórico-metodológico baseado na transdisciplinaridade para evitar o reducionismo operativo;
- Valorizar o papel formativo das disciplinas de natureza teórica e geral;
- Flexibilizar e dinamizar o currículo pleno, expresso na organização de disciplinas e de outros componentes curriculares;
- Assegurar a indissociabilidade das dimensões de ensino e de extensão.

2.1.4. ARTICULAÇÃO DO PPC COM O PDI

No ato da formulação do Projeto Político-Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Políticas e Estratégias Públicas do UNIFACEX, suas atualizações seguintes e o PDI (institucionais) foram e sempre serão os norteadores em relação aos aspectos teórico-metodológicos, aos princípios, às diretrizes, às abordagens, às estratégias e às ações de formação que o Curso Superior de Tecnologia em Políticas e Estratégias Públicas precisa seguir e respeitar para se alinhar às ideias e às determinações de tais documentos político-normativos maiores da IES.

O curso é concebido como sendo uma unidade acadêmica dotada de autonomia acadêmico-pedagógica para formar profissionais para atuarem em determinada área do conhecimento e mercado. Para que sua concepção seja levada efetivamente até as atividades acadêmicas, sua missão e seus objetivos, e para que o perfil desejado do egresso seja atingido, torna-se fundamental a articulação do PPC do Curso com o PDI da IES.

De forma mais geral e definitiva, o PPC do curso Superior de Tecnologia em Políticas e Estratégias Públicas do UNIFACEX está relacionado e adequado com as políticas apresentadas no PDI em relação:

à flexibilização do currículo a fim de proporcionar ao aluno maior autonomia na sua formação acadêmica, o que se comprova inquestionavelmente pela oferta na Matriz Curricular do Curso de várias disciplinas de tipologias, nomenclaturas e conteúdos variáveis ou optativos, sem relações de pré-requisitos;

às reuniões com o corpo docente do Curso, especialmente com o NDE e o CONSEC do Curso, para discussão e análise (e até atualização) permanente do seu Projeto Político-Pedagógico, levando-se em consideração sempre as Diretrizes Curriculares Nacionais e as demandas consolidadas e emergentes postas às profissões jurídicas;

ao incentivo à produção técnico-científica e didática do corpo docente;

à qualificação permanente do corpo docente, em termos de titulação acadêmica, competências didático-pedagógicas que resultem em uma formação continuada do quadro, especialmente por meio da estruturação de grupos de estudo e pesquisa;

à discussão sobre a qualidade do curso de graduação, nos diferentes fóruns, envolvendo Pró-reitores, Reitoria, Coordenadores e Conselhos.

2.1.5. CONCEPÇÃO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

A concepção do processo ensino-aprendizagem atual do UNIFACEX encontra resposta na máxima de que somente com atividades, ações e características produtivas e eficazes de envolvimento do corpo discente é que a proposta pedagógica maior do Curso será atingida e cumprida. O

ensino, de valores e conteúdos, depende de ferramentas próprias de cumprimento de suas finalidades, que é formar o aluno.

2.1.6. REGIME ACADÊMICO, ESTRUTURA E DURAÇÃO DO CURSO

O Curso é organizado no regime Semestral (com disciplinas obrigatórias e específicas para o respectivo período/turma, segundo a Matriz Curricular vigente, disciplinas estas organizadas segundo uma sistemática/lógica crescente de habilidades, competências, /especialização e conhecimentos técnicos), em que cada “Semestre Letivo” de oferta sequencial corresponde a um “Período” do Curso, tendo o Curso quatro (04) Semestres Letivos.

2.1.7. INTERDISCIPLINARIDADE NO CURSO

A interdisciplinaridade se realiza pela execução de uma proposta pedagógica concebida com o objetivo de sistematizar, facilitar e agregar valor ao processo de ensino-aprendizagem, por meio da convergência de assuntos similares ou afins nas disciplinas do semestre, bem como de resgatar e de aplicar competências adquiridas em semestres anteriores, para que assim se desenvolvam atividades de pesquisa nas quais se aliam teoria e prática, a fim de que o aluno possa perceber as nuances desta relação.

2.1.8. FLEXIBILIDADE

O planejamento do curso superior de Tecnologia em Políticas e Estratégias Públicas do Unifacex centrou-se nos 04 (quatro) pilares da Educação Contemporânea: aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser (DELORS, 2001). Assim, priorizou-se os princípios da flexibilização curricular, da interdisciplinaridade, da

indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, da articulação entre teoria e prática.

A estrutura curricular do curso apresenta-se com caráter dinâmico e flexível. As práticas como componentes curriculares - PCCs (práticas pedagógicas) articuladas aos conhecimentos teóricos das disciplinas em cada período possibilitam, ao longo do curso, a introdução de conhecimentos e formas de trabalho pedagógico que atendam às necessidades mais imediatas do aluno no trato de questões específicas de sala de aula e da escola em geral. A articulação teórico-prática se faz presente na metodologia utilizada no curso. Nessa perspectiva, as atividades de estágio e extensão articulam os saberes teóricos, metodológicos e ético-políticos estudados nas disciplinas que compõe a estrutura curricular. Dessa forma, o aluno sistematiza os conhecimentos agindo e refletindo.

A flexibilidade curricular acontece quando é exercida a autonomia universitária proposta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Superior (LDB). O Plano Nacional de Educação instituído pela Lei 10.172/2001 preconiza que as Diretrizes Curriculares sejam flexíveis. Os pareceres do CNE número 776/97 e o 583/2001 evidenciam que a flexibilização nos currículos deverá abranger a formação prévia e as expectativas dos formandos.

2.1.9. Concepção de pesquisa, foco em iniciação científica

A pesquisa é incentivada por meio do Programa de Iniciação Científica (PROIC), o qual tem por objetivo estimular o desenvolvimento do pensar criativo e a formação do conhecimento prático e metodológico do aluno de graduação, sempre sob a orientação de um professor-orientador participante do projeto de pesquisa.

O PROIC prevê duas modalidades de participação do aluno:

Bolsista: é o aluno que obteve maior destaque nos critérios de seleção. Esse aluno receberá uma bolsa anual para um período de dez (12) meses.

Voluntário: é o aluno selecionado para o Programa de Iniciação Científica que não recebeu bolsa e deseja participar de projetos de pesquisa como voluntário em atividade extraclasse, sem remuneração, com o objetivo de enriquecer sua futura carreira profissional.

Os alunos participantes do PROIC/UNIFACEX poderão receber um atestado de participação, desde que cumpridas todas as diretrizes aqui estabelecidas, bem como as atividades explicitadas em um plano de trabalho.

É importante evidenciar que a seleção dos bolsistas de iniciação científica (PROIC/UNIFACEX) será de responsabilidade dos Coordenadores de Cursos, em conjunto com líderes de grupos e coordenador de projeto. Para tanto, os responsáveis deverão:

- Divulgar entre os alunos de graduação os objetivos e o período de inscrição no Programa de Iniciação Científica e Tecnológica (PROIC/UNIFACEX), através de edital (em anexo);

- Colocar o formulário de inscrição, na internet (site e no Ambiente Virtual de Aprendizagem), à disposição dos alunos candidatos ao Programa;

- Definir os critérios de seleção que irão adotar;

- Convocar dois professores-pesquisadores, preferentemente com titulação mínima de mestre, para compor uma Comissão de Seleção que selecionará os alunos aptos ao Programa.

- Informar à Coordenação de Pesquisa e Extensão, em ata assinada pela Comissão, os nomes, em ordem alfabética, dos alunos selecionados para o Programa.

2.1.10. CONCEPÇÃO DE EXTENSÃO

A Extensão Universitária é uma importante e necessária forma de atuação acadêmica, ao lado do Ensino e da Pesquisa, que visa ao aprimoramento dos conhecimentos por meio de articulações entre educação, cultura e ciência, estimulando a integração social entre a academia e a sociedade. Essa integração pode ser compreendida como uma relação social de impacto e de transformação em que os interesses e as necessidades são compartilhados e buscam a melhoria da qualidade de vida, elegendo questões prioritárias, formulando soluções, compromissos pessoais e institucionais para a mudança social.

Através da realização das ações de extensão, os estudantes e toda a comunidade interessada têm a chance de desenvolver habilidades teóricas e práticas que venham a contribuir com seu crescimento pessoal e profissional. Essas ações são pensadas, inicialmente, a partir do princípio de indissociabilidade entre Extensão, Ensino e Pesquisa. Esse conceito amplo se coloca como alvo das atividades extensionistas e busca abraçar o conjunto de ações que envolvem a relação plena entre os diferentes atores sociais nessa interação entre a universidade e a sociedade que a constitui e é construída por ela.

Ao assumir essa postura, o UNIFACEX expressa uma nova visão da sociedade em que se insere. A sua função básica de produção e de socialização do conhecimento, visando à intervenção, na realidade, possibilita acordos e ação coletiva entre a IES e a população. Por outro lado, retira o caráter de terceira função da extensão, para dimensioná-la como filosofia, ação vinculada, política, estratégia democratizante, sinalizando para uma IES voltada aos problemas sociais com o objetivo de encontrar soluções através da pesquisa básica e aplicada, visando a realimentar o processo ensino-aprendizagem como um todo e intervindo na realidade concreta.

É importante ressaltar que a intervenção, na realidade, visa a produzir saberes tanto científicos e tecnológicos quanto artísticos e

filosóficos, tornando-os acessíveis à população, ou seja, visa a permitir que diferentes setores da população local e regional usufruam os resultados produzidos pela atividade acadêmica, o que não significa ter que, necessariamente, frequentar seus cursos regulares. Os cursos e as demais atividades de extensão podem contribuir tanto para o aperfeiçoamento profissional quanto para o desenvolvimento de interesses pessoais.

O compromisso com os temas sociais permite que a ação educativa torne-se significativa para a comunidade, uma vez que contempla práticas sociais vivenciadas em seu cotidiano. Nessa perspectiva, as atividades e as ações de Extensão do UNIFACEX, além das ofertas próprias e internas, visam a estabelecer, também, contatos e parcerias para trabalho conjunto com outras instituições e organizações que, de alguma maneira, estejam comprometidas com o trato das questões sociais, da ética e que se refletem no exercício consciente da cidadania. Tais parcerias representam não apenas uma importante contribuição na aquisição de conhecimentos, mas também uma forma efetiva de se estabelecer o vínculo com a realidade sobre a qual se atua.

Tem-se, assim, um meio concreto de interação com o repertório sociocultural, permitindo resgate, no interior do trabalho acadêmico, da dimensão de produção coletiva do conhecimento e da realidade. Essa perspectiva fundamenta-se na busca de sintonia com os dispositivos legais da LDB, com as necessidades que emergem das problemáticas sociais presentes no cotidiano da comunidade, com os diversos segmentos da sociedade, instituições não governamentais (ONGs) e órgãos de Governo envolvidos com a melhoria das condições de vida da sociedade.

O Regimento Geral do UNIFACEX estabelece que a atividade de extensão se dará mediante a oferta de cursos e serviços, para a difusão de conhecimentos e técnicas pertinentes à área de sua atuação. Por outro lado, o PDI do UNIFACEX estabelece que a extensão deve se pautar pelas seguintes diretrizes:

Desenvolvimento de habilidades e competências do alunado possibilitando condições para que os alunos aprendam na prática os aspectos teóricos refletidos em sala de aula;

Participação dos discentes nos projetos idealizados para o curso;

Oferta de atividades de extensão de diferentes modalidades balizadas nos eixos temáticos do Fórum Nacional de Extensão;

Estabelecimento de diretrizes de valorização da participação do aluno em atividades extensionistas;

Concretização de ações relativas à sua responsabilidade social.

As atividades e ações de extensão do Curso superior de tecnologia em Políticas e Estratégias Públicas do UNIFACEX estão em consonância com as Diretrizes Gerais de Extensão do UNIFACEX e a legislação em vigor. Atualmente, essas podem ser oferecidas sob forma de Programas, Projetos, Cursos, Minicursos, Ciclos de Debates, Oficinas Pedagógicas, Palestras, Eventos, Prestação de Serviços, Publicações, Editorações, Desenvolvimentos, dentre outros.

2.2. OBJETIVOS DO CURSO

O curso superior de tecnologia em Políticas e Estratégias Públicas tem como objetivo formar profissionais preparados para desenvolver as atividades em sua área de atuação, o que inclui: diagnosticar o cenário político, econômico, social e legal na totalidade da gestão governamental, dotado de instrumentos de gestão no universo da gestão pública moderna.

2.3. PERFIL DO EGRESSO

O profissional formado pelo CST em Políticas e Estratégias Públicas está apto a desempenhar funções em prefeituras, partidos políticos,

órgãos governamentais, legislativos e sindicatos. Planeja, implanta, supervisiona e avalia projetos e programas de políticas públicas, voltados para o desenvolvimento local e regional. Avalia e emite parecer técnico em sua área de formação. Pode ser solicitado como consultor, atuando no planejamento, no marketing governamental e em campanhas eleitorais de todos os níveis. Pode ainda atuar como assessor de parlamentares ou analista político.

2.4. **ESTRUTURA CURRICULAR**

O Curso superior de tecnologia em Políticas e Estratégias Públicas do UNIFACEX concebeu a oferta da Matriz Curricular do Curso a partir do reconhecimento de 04 eixos temáticos que norteiam a articulação dos componentes curriculares entre si, garantindo os preceitos da flexibilidade, interdisciplinaridade e acessibilidade metodológica, segundo as disciplinas, cargas horárias e divisões curriculares por semestre letivo (período do curso), abaixo definidas.

Além da articulação relativa ao conteúdo, estabelecidas pelos eixos temáticos, a concepção da matriz curricular do curso prevê, em todos os semestres letivos, a unidade curricular de Práticas e Projetos Integrativos com a proposta de articular os conteúdos curriculares desenvolvidos no semestre com a prática/vivência de uma organização comercial. Ademais, a disposição da unidade curricular em pauta permite à gestão acadêmica, no âmbito da coordenação do curso, estimular, entre docentes e discentes, a interdisciplinaridade entre as unidades curriculares, bem como controlar a efetividade das ações com link e acesso ao mercado.

Ao término dos módulos Módulo I e Módulo I, o discente que conseguir aprovação em todas as disciplinas receberá um diploma com certificação intermediária em Analista em Estratégias Públicas.

Relação de todas as disciplinas do Curso com as suas respectivas Cargas Horárias

PERÍODO	DISCIPLINA		CARGA HORÁRIA
1º	1	Leitura e Produção de Texto - EaD	60
	2	Formação Política e Econômica da América Latina e do Brasil	60
	3	Ciência Política e Fundamentos do Direito	60
	4	Política Pública: formulação, implementação e avaliação	60
	5	Práticas e Projetos integrativos I	100
		SUBTOTAL	340
2º	6	Planejamento Estratégico	60
	7	Práticas e Projetos integrativos II	100
	8	Direito Constitucional	60
	9	Gestão Pública Contemporânea	60
	10	Análise Econômica - EaD	60
			SUBTOTAL

3º	11	Orçamento Público, finanças e LRF	60
	12	Marketing Governamental e Eleitoral - EaD	60
	13	Direito Administrativo	60
	14	Direito Eleitoral	60
	15	Práticas e Projetos integrativos III	100
	16	Gestão de Pessoas	60
		SUBTOTAL	400
4º	17	Gestão de Campanha Eleitoral : comunicação e logística	60
	18	Litações, Contratos Administrativos e Convênios -	60
	19	Tópicos Especiais em gestão pública	60
	20	Práticas e Projetos integrativos IV	100
	21	Auditoria, Controle e Governança	60
	22	Optativa - EaD	60
		SUBTOTAL	400
Disciplinas: 1.480			
Atividades Complementares: 120			
TOTAL (I+II+III): 1.600h			

Optativa: Libras ou Empreendedorismo.

2.4.1 MATRIZ DE CONVERGÊNCIA DAS DISCIPLINAS E SUAS RESPECTIVAS COMPETÊNCIAS DE CURSO

DISCIPLINA/COMPETÊNCIA	1	2	3	4	5	6	7	8
LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO - EAD								
POLÍTICA PÚBLICA: FORMULAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO	x							
FORMAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA DA AMÉRICA LATINA E DO BRASIL	x					x		x
CIÊNCIA POLÍTICA E FUNDAMENTOS DO DIREITO	x				x			
PRÁTICAS E PROJETOS INTEGRATIVOS I	x		x	x				x
DIREITO CONSTITUCIONAL	x		x					
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	x							
PRÁTICAS E PROJETOS INTEGRATIVOS II	x							
ORÇAMENTOS PÚBLICO, FINANÇAS E LRF								
GESTÃO PÚBLICA CONTEMPORANEA	x		x					x
DIREITO ADMINISTRATIVO								
MARKETING GOVERNAMENTAL E LEITORAL	x							
ANALISE ECONOMICA - EAD	x		x					x
AUDITORIA, CONTROLE E GOVERNANÇA				x				
DIREITO ADMINISTRATIVO	x		x					
DIREITO ELEITORAL		x				x		x
GESTÃO DE CAMPANHA ELEITORAL: COMUNICAÇÃO E LOGÍSTICA	x							
LITIGAÇÕES, CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E CONVÊNIOS								x
ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO	x							
GESTÃO DE PESSOAS	x	x	x					
TOPICOS ESPECIAIS EM GESTÃO PÚBLICA							x	
PRÁTICAS E PROJETOS INTEGRATIVOS IV	x		x	x				x

LEGENDA - COMPETÊNCIAS CONFORME PPC

Competência 01	• Elaborar, coordenar, executar e avaliar políticas, programas e projetos sociais junto a órgãos estatais, privados e não-governamentais;
Competência 02	• Prestar orientação e encaminhar providências, seja no âmbito individual, grupal ou populacional, no sentido de atender e defender os seus direitos;
Competência 03	• Construir, executar e avaliar pesquisas, incluindo estudos socioeconômicos com os usuários, para contribuir para a análise da realidade social e subsidiar as ações profissionais nas instituições privadas e não governamentais;
Competência 04	* Planejar, organizar e administrar ações no contexto governamental;
Competência 05	* Trabalhar em equipe interdisciplinar, contribuindo para o planejamento e monitoramento de ações públicas;
Competência 06	* Capacitar técnica e politicamente representantes da sociedade civil para gerir políticas públicas, visando à afirmação de uma cultura democrática. Capacidade de assumir uma postura crítica em relação aos sujeitos coletivos e dos movimentos sociais na consolidação dos direitos sociais e humanos na sociedade brasileira.
Competência 07	* Desenvolver atividades de assessoria e consultoria em monitoramento e avaliação de políticas públicas;
Competência 08	* Planejar, organizar e implementar projetos e programas sociais na área da gestão pública;

2.5. CONTEÚDOS CURRICULARES

A disposição dos conteúdos curriculares foi concebida a partir da reflexão do desenvolvimento do perfil profissional do egresso e considera as atualizações mercadológicas e operacionais do Curso de Tecnologia em Políticas e Estratégias Públicas identificadas na unidade curricular e nas atividades multiprofissionais. Essa foi gerada, na concepção da coordenação do curso, e NDE, como uma ferramenta capaz de induzir o corpo discente a estabelecer um contato com o mercado, que, por conseguinte, contribua de forma ativa para o processo de ensino-aprendizagem, ao tempo que seja passível de controle por parte da coordenação.

A disposição dos conteúdos curriculares respeita, ainda, a distribuição e a adequação de carga horária entre as unidades curriculares; a acessibilidade metodológica; sendo estas variáveis, alvo de constantes revisões por parte do NDE. Cabe ressaltar que o acervo, por ter a maior parte em formato digital, possui obras sempre atualizadas, proporcionando, ao discente, vivências com temas mais contemporâneos e, dessa forma, ele consegue se atualizar em leituras a posteriores, não ficando preso apenas ao docente em sala de aula.

O curso está cumprindo às exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana e indígena, conforme o disposto na Lei nº 11.645 de 10/03/2008, na Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004 e na Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003 com a disciplina de História, Sociedade e Cultura e em outras atividades de forma transversal. Referência localizada nas páginas 44 e 88. No que tange às Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos e Políticas de educação ambiental, conforme o disposto na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e no Decreto nº 4.281, de junho de 2002, a Instituição está cumprindo às exigências das legislações através das disciplinas de Direitos Humanos, Meio Ambiente e Sustentabilidade e em outras atividades de forma transversal. Referência localizada nas páginas 44 e 89.

Os conteúdos curriculares por unidade curricular estão dispostos no item 5.9 “Ementário e bibliografia básica e complementar das disciplinas do curso”.

2.6. **METODOLOGIA**

É preciso estabelecer uma nova postura frente ao conhecimento, chegando-se a dar mais importância à ciência como criação contínua. O cerne de todo fazer universitário é o conhecimento e as relações que em torno dele se estabelecem por meio de sua produção, transmissão,

apropriação e disseminação, a partir e para a realidade social. O aluno precisa aprender a estudar por si mesmo.

A evolução do conhecimento é de tal ordem que o curso não consegue supri-lo integralmente. Consoante esse conceito, a equipe docente deve pautar sua ação educativa em procedimentos que promovam a autonomia do aluno e a sua capacidade de análise e de interpretação. Tendo em vista essas colocações, o UNIFACEX busca adotar uma metodologia de ensino que tenha como fundamentos expressos:

a) assumir que o conhecimento não é algo pronto, acabado e verdadeiro, mas provisório, relativo, datado no tempo e no espaço, produto da investigação, podendo ser alterado;

b) assumir a procura da criatividade, concebendo o estudo, por meio de novas formas de seleção e articulação do conteúdo, como uma situação construtiva e significativa que ocorre a partir de temas, questões e problemas;

c) garantir uma situação em que não predomine a síntese e em que possa ocorrer o equilíbrio entre síntese e análise. Nesse sentido, algumas ações serão prioritárias no que se refere à inovação pedagógica e à formação do profissional cidadão;

d) avaliar continuamente os processos curriculares entendidos como currículos em ação, como forma de garantir a consonância dos objetivos da IES com as exigências sociais e o avanço científico-tecnológico;

e) garantir a qualificação didático-pedagógica do docente aliada ao desenvolvimento de propostas inovadoras quanto aos métodos e às técnicas de ensino que levem em conta as especificidades de sua clientela;

f) promover a integração com as forças sociais em todas as suas instâncias, objetivando a inserção do aluno na realidade concreta enquanto processo que alia teoria e prática.

2.7. ESTÁGIO SUPERVISIONADO CURRICULAR (ESTÁGIO OBRIGATÓRIO)

Não tem previsão na proposta curricular.

2.8. ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares (ATCs) estão na Estrutura Curricular do curso superior de tecnologia em Políticas e Estratégias Públicas do UNIFACEX com o objetivo de fomentar a atualização permanente do corpo discente no âmbito do ensino, iniciação científica e extensão em conformidade com as Diretrizes Curriculares para o curso.

O curso superior de tecnologia em Políticas e Estratégias Públicas do UNIFACEX define a carga horária de 120 horas para atividades complementares, que devem ser integralizadas ao longo do curso. O cumprimento mínimo destas é obrigatório para conclusão do curso. As atividades complementares, para serem validadas, devem estar em consonância com a formação pretendida e alinhada com as atividades e categorias previstas no Manual de Atividades Complementares do UNIFACEX.

Por meio desses critérios, é garantida ao discente a premissa de flexibilidade no cumprimento da carga horária das ATCs, uma vez que essas podem ser obtidas externamente pelo discente, sendo a ele atribuída a responsabilidade (obrigatoriedade) pela identificação, participação e monitoramento do cumprimento desse requisito.

Com o intuito de estimular o cumprimento das ATCs, são promovidas pelo curso, por meio da Coordenação de Pesquisa e Extensão - CPE, diversas atividades, a saber: seminários, minicursos, colóquios, jornadas, visitas técnicas, simpósios, monitoria de ensino e extensão, publicação de trabalhos, iniciação científica, participação em defesas de teses, dissertações e monografia da área, organização de eventos, estágio não obrigatório, dentre outras. Além das atividades realizadas internamente, o curso estimula a participação dos alunos em congressos locais, regionais, nacionais e internacionais, encontros, atividades em geral da área, oferecidas por outras instituições.

As atividades complementares são institucionalizadas pelo UNIFACEX através de Manual próprio (anexo o Manual do aluno). A partir das diretrizes deste manual, o curso superior de tecnologia ofertado com o auxílio de um sistema de informação acompanha o processo de ATC.

O acompanhamento é realizado da seguinte maneira: o aluno preenche o relatório de atividade complementar e anexa o documento comprobatório da atividade desenvolvida. Esses relatórios e a comprovação da atividade são analisados quanto aos seguintes aspectos: veracidade, coerência técnica e alinhamento de categoria, considerando as determinações expressas no manual de ATC. A análise é realizada pela coordenação que, ao validar o relatório apresentado, lança a carga horária compatível no sistema. O sistema foi desenvolvido por equipe própria de informática do UNIFACEX e serve a todos os cursos da instituição.

2.9. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Conforme legislação atual dos Cursos Superiores Tecnológicos, não há obrigatoriedade de ofertar o trabalho de conclusão de curso. No entanto, na matriz curricular está prevista a realização de atividades de conclusão da disciplina de Práticas Integrativas em Políticas e Estratégias Públicas.

2.10. APOIO AO DISCENTE

2.10.1. ACOLHIMENTO

No primeiro dia de aula do acadêmico, o aluno tem acesso ao Manual do Aluno disponibilizado via AVA, com todas as informações relevantes e que dizem respeito a sua futura vida acadêmica. Também, no início dos semestres letivos, uma palestra é proferida pelo coordenador de cada curso, o que ajuda na propagação do conteúdo supracitado. Aos ingressantes são oportunizadas reuniões com palestras sobre o perfil de

cada curso, a missão e a filosofia institucional, os serviços ofertados, direitos, deveres e normas acadêmicas. Os alunos têm acesso a todos os espaços comuns da instituição. Além disso, os discentes do Centro Universitário FACEX são apoiados constantemente via suporte acadêmico e pedagógico dos professores, contratados em regime de tempo integral e parcial. Estes possuem horário de atendimento exclusivo para os alunos que necessitem de esclarecimentos pedagógicos, serviço comum a todos os cursos.

2.10.2. APOIO PSICOPEDAGÓGICO AO DISCENTE

As políticas do UNIFACEX para apoio psicopedagógico aos discentes estão estabelecidas no SERVIÇO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO AO ESTUDANTE, à disposição na instituição, e tem como intuito auxiliar o estudante nas dificuldades naturais encontradas no processo de aprendizagem e de sua adaptação às atividades de ensino, pesquisa e extensão incluindo desde a recepção aos novos estudantes até o acompanhamento e apoio às suas necessidades, ligadas direta ou indiretamente à vida acadêmica.

Encaminhamentos ao Setor de Psicopedagogia dos alunos com dificuldades no aprendizado, no relacionamento ou na produtividade acadêmica, são ações previstas e utilizadas no cotidiano acadêmico, seja de modo espontâneo (quando o aluno por sua iniciativa e conta própria procura o referido Setor da IES e realiza atendimento), seja de modo provocado, quando passa a existir um encaminhamento do aluno pela Coordenação do Curso, a partir ou não de pedido de algum docente específico do Curso.

2.10.3. MECANISMOS DE NIVELAMENTO

O UNIFACEX considera o processo seletivo como o momento prévio de análise diagnóstica do perfil do recém-ingressante. A partir do mesmo e em conjunto com as avaliações regulares em sala de aula, que é vista como um instrumento diagnóstico que aponta e corrige os rumos do processo de ensino e aprendizagem, é planejado o nivelamento dos alunos em áreas/disciplinas/conhecimentos básicos (quando necessário e se justificar).

Nesse sentido, a IES, com o auxílio dos setores competentes e colegiado dos cursos, propicia ao corpo discente atendimento de apoio, ou suplementar, às atividades de sala de aula, buscando identificar e vencer os obstáculos estruturais e funcionais ao pleno desenvolvimento do processo educacional. A política institucional para este segmento tem os seguintes objetivos:

Acompanhamento e orientação didática, de modo prioritário, aos alunos ingressantes com dificuldades de aprendizagem;

Orientação aos alunos que apresentem dificuldades, detectadas por meio do processo seletivo, em sala de aula, nas disciplinas ditas básicas;

Organização de atividades didáticas preventivas e/ou terapêuticas, presenciais ou não;

Oferta de cursos de extensão em língua portuguesa e matemática básica. Esses cursos de nivelamento visam suprir as deficiências básicas dos alunos que não consigam acompanhar adequadamente o aprendizado. Dessa maneira, acredita estar atendendo os alunos que estavam temporariamente afastados da vida escolar e aqueles que necessitam de reforço das bases de ensino médio;

Desenvolvimento de turmas de nivelamento compatíveis com as prioridades de cada curso.

2.10.4. ATENDIMENTO EXTRACLASSE

A todos os alunos é disponibilizado um apoio pedagógico realizado pelos professores, previsto em suas atribuições docentes regulares. Todos os cursos possuem uma Coordenação a quem cabe orientar os alunos com relação às diversas questões e problemas que enfrentam no dia a dia do Curso e nas suas peculiaridades.

Para o atendimento geral dos discentes existem, na Central de Relacionamento da Instituição, setores de atendimento financeiro, setor de atendimento acadêmico ao discente, setor de controle acadêmico, setor de admissão e matrícula, setor de diplomas, secretaria geral etc., tudo devidamente estruturado e organizado para dar todo o suporte aos alunos nas suas mais variadas necessidades e demandas. A Central de Relacionamento está aberta diariamente nos 03 (três) turnos do dia, além do sábado, funcionando em horário especial.

Importante lembrar que vários dos serviços e dos atendimentos que são prestados na Central de Relacionamento, atualmente, já podem ser prestados virtualmente por meio do site do UNIFACEX, através dos vários sistemas específicos de serviços disponíveis virtualmente.

2.10.5. MONITORIA

De acordo com o regimento geral do Centro Universitário Facex, a monitoria, como atividade acadêmica auxiliar, é exercida por aluno regular de curso de graduação do Centro Universitário que já tenha cumprido, de forma exitosa, a disciplina ou a atividade programada para o exercício da monitoria. Em caso extraordinário, alunos que demonstrem plena competência da disciplina poderão ser monitores, mesmo sem terem cursado a matéria em questão, desde que a plena competência seja aferida pelo professor da disciplina. As monitorias são contabilizadas

academicamente como atividades complementares, segundo normas específicas da instituição.

A função do monitor é voluntária, não constitui cargo ou emprego e nem gera vínculo empregatício de qualquer natureza com a IES. Durante o período de vigência da Monitoria, o aluno terá como incentivo da Instituição a isenção de taxas. O aluno deverá ter disponibilidade de, no mínimo, 6 (seis) horas semanais, distribuídas entre o acompanhamento do professor regente da disciplina, na participação em sala de aula e nas atividades técnico didáticas, ligadas ao ensino da disciplina, conforme plano de trabalho a ser apresentado à Coordenação do Curso.

O aluno do Curso superior de tecnologia em Políticas e Estratégicas Públicas tanto pode se candidatar, desde que atenda aos requisitos descritos, como pode participar enquanto usuário dos serviços de monitoria.

2.10.6. ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

O UNIFACEX incentiva a participação do aluno na vida institucional considerando que é nessa função que reside a sua essência e o seu principal motivo de existir. A formação do cidadão ético, participativo e proativo se concretiza por meio de suas ações como acadêmico, as quais, depois, se integram ao meio social.

No UNIFACEX, o ponto de vista do aluno é primordial para o aperfeiçoamento das políticas e das práticas desta IES, por isso estimula-se a participação da representação discente nos Colegiados de Curso, na CPA e nos Conselhos Superiores. Além dessa participação, os alunos dos cursos também estruturam e gerenciam as representações via diretório central, órgão máximo da representação estudantil. O princípio que rege essas representações é o respeito com as normas vigentes, as leis, os estatutos, os regimentos e outros devidamente estatuídos.

O Diretório Central dos Estudantes do UNIFACEX é cognominado DCE André de Albuquerque Maranhão e recebe o apoio da Instituição no que

diz respeito à estrutura física e de material para o exercício de suas funções. Vale ressaltar que os apontamentos feitos pelo DCE do UNIFACEX são considerados, apreciados e discutidos pela Reitoria desta IES; sendo pertinentes e viáveis, tais contribuições são encaminhadas para implementação a curto, médio e longo prazo, conforme seja o caso.

2.10.7. CONCESSÃO DE BOLSAS

O desenvolvimento da ação social escolar tem sido reconhecido como um dos fatores críticos de sucesso da Instituição, tendo como objetivo a concessão de auxílios econômicos, bem como a prestação de outros serviços. O Centro Universitário FACEX tem como política oferecer apoio social direto aos estudantes economicamente mais carentes e cujos agregados familiares não consigam, por si só, fazer face aos encargos inerentes à frequência nos cursos pretendidos. As bolsas, portanto, visam a propiciar ao estudante condições básicas para a continuidade do custeio da vida acadêmica e, sempre que possível, compatibilizando a natureza do trabalho com a área de formação do aluno. O critério de concessão da bolsa é a análise da situação socioeconômica e de desempenho escolar do aluno, através do programa específico, somada a outras possibilidades previstas nos chamamentos. A política de bolsas para o aluno desenvolve-se por meio das seguintes modalidades: bolsa trabalho, bolsa PROUNI, bolsa colaborador, bolsa PIE (programa de incentivo educacional).

2.10.8. ESTÁGIOS NÃO OBRIGATÓRIOS

O Curso superior de tecnologia em Políticas e Estratégias Públicas do UNIFACEX reconhece no estágio uma singular oportunidade de aprendizagem para o aluno, tendo em vista permitir a ele um contato direto com as práticas operacionais cotidianas das várias profissões jurídicas, sempre em um ambiente de realidade profissional. Por meio da

consolidação dos conhecimentos teóricos já adquiridos e do desenvolvimento socio pessoal, os alunos, a partir da integração destes com os vários sujeitos envolvidos no cenário do ambiente de estágio, terão a oportunidade de vivenciar uma realidade que certamente fará parte de seu dia a dia profissional. Nos termos da legislação nacional em vigor, especificamente a Lei nº. 11.788/2008, que regula o estágio não obrigatório de estudantes de cursos superiores, no seu artigo 1º:

O Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular, em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

Assim, o estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando, e visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho. O estágio poderá ser obrigatório (supervisionado, curricular) ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

Os alunos do curso superior de tecnologia em Políticas e Estratégias Públicas do UNIFACEX, nas normas internas desta IES, estão autorizados a realizarem seus estágios não obrigatórios em qualquer período/eixo do curso.

O Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, sendo exercido segundo as regras e as diretrizes da Lei nº. 11.788/2008 e segundo as capacidades e as habilidades técnicas e acadêmicas já dominadas pelo aluno devidamente matriculado nas disciplinas regulares do curso, em uma dada etapa do curso, de modo que, a cada período letivo subsequente, o aluno esteja apto a desempenhar novas atividades e atribuições em estágios não obrigatórios, segundo um processo crescente de conhecimentos e habilidades técnico-profissionais.

Nessa ótica, as atividades de estágio possíveis de serem exercidas pelos alunos do curso superior de tecnologia em Políticas e Estratégias Públicas por meio de estágios não obrigatórios nos diversos órgãos e instituições (públicas e privadas), bem como junto a profissionais liberais, devem necessariamente obedecer a um conjunto de critérios de conhecimento teórico prévio, cujo controle se dá por meio da verificação da compatibilidade das atividades de estágio pretendidas pelo aluno/empresa com o período letivo em que se encontra regularmente matriculado o referido aluno, de modo que somente seja autorizado ao aluno desenvolver atividades, de estágio não obrigatório, compatíveis com os conhecimentos teóricos já angariados nas disciplinas dos períodos letivos anteriores, em que o aluno obteve aprovação por nota e frequência.

O Estágio não obrigatório só poderá ser realizado através de Agentes de Integração ou empresas previamente e devidamente conveniadas com o Centro Universitário Facex.

Todo estágio deve ser precedido de um Plano de Atividades (PA) para nortear a atuação e inserção do aluno no ambiente de estágio. Tal plano de atividades do estagiário, elaborado conjuntamente pelas 3 (três) partes, será incorporado ao Termo de Compromisso de Estágio TCE por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

O processo de avaliação é contínuo, tendo como referência o desempenho do estagiário e o seu Plano de Atividade. As atividades para avaliação são realizadas através de relatórios elaborados pelo estagiário. O relatório será avaliado pelo professor orientador e homologado pelo Assessor de estágio.

Cabe à assessoria de estágio realizar visitas *in loco* para avaliar o trabalho desenvolvido pelo aluno estagiário, ou outros meios de acompanhamento que forem julgados necessários.

Existe uma política de Estágio na Instituição que dá suporte ao Estágio não obrigatório, em consonância com os coordenadores e professores orientadores de todos os cursos de graduação, visando à

preparação para o trabalho produtivo de alunos, bem como ao desenvolvimento do Programa e ao acompanhamento dos estagiários nas empresas concedentes para crescimento pessoal e profissional. Mantêm-se contatos com Empresas, Agentes de Integração e Instituições em geral, objetivando ampliar o rol de empresas conveniadas e ofertantes de estágio e empregos, que tem como canal de divulgação das vagas o Ambiente Virtual de Aprendizagem. Evidencia-se ainda que ocorrem orientações periódicas com os alunos para a elaboração de currículos, a condução de como se portar no processo de entrevista de emprego e outros encaminhamentos necessários.

2.11. GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A política adotada pela Instituição para a avaliação institucional visa a assegurar uma sistemática de avaliação interna e externa, que contemple as dimensões qualitativa e quantitativa, vitais para o acompanhamento e o aperfeiçoamento do modelo de gestão atual.

Para o sucesso do planejamento e da gestão organizacional, e para que os objetivos e metas aqui definidos sejam efetivamente atingidos, é fundamental que haja um acompanhamento efetivo de todo o processo de elaboração e implantação do PDI, bem como verificar se os resultados obtidos estão em consonância com os planejados. O acompanhamento dos objetivos e das ações realizadas permite que os mesmos possam ser revistos e alterados, ante o dinamismo do processo educacional.

Em sendo assim, seja para cuidar que as ações estejam sendo cumpridas, seja para rever as metas inicialmente estabelecidas, o UNIFACEX faz o constante acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional, dos objetivos traçados e das metas estabelecidas por meio de um processo bem definido de avaliação.

Nesse sentido, os objetivos e metas que foram frutos de ampla discussão devem ser acompanhados por toda a comunidade acadêmica. Nessa perspectiva, a avaliação do desenvolvimento institucional é um processo de criação de cultura, de busca contínua de atualização e de autossuperação pelos atores-sujeitos e de autorregulação institucional, ao nível das estruturas de poder e do sistema, assegurando, assim, sintonia com as mudanças operadas no entorno, na economia, na ciência e tecnologia.

Pressupõe o envolvimento e a disposição de cada ator-sujeito do processo universitário na busca de patamares superiores de qualidade e de relevância de seu fazer acadêmico. Trata-se de um processo de mudança e de melhoria lento, gradual, com avanços e retrocessos, de não acomodação, de compromisso com o futuro.

Nesse contexto, o Projeto Político Pedagógico do curso superior de Políticas e Estratégias Públicas constantemente sofre avaliações e análises da Coordenação do Curso e do Núcleo Docente Estruturante (NDE), visando seu aprimoramento e sua melhoria continuados dentro de um processo de atualização focado basicamente nas mudanças pedagógicas e curriculares que o curso precisa implementar, no tempo e no espaço, no seu cotidiano acadêmico e fazer pedagógico.

Nas reuniões ordinárias do NDE, tais verificações são feitas sempre com a participação opinativa do Conselho de Curso (CONSEC) ou por grupo específico de docentes de disciplinas e/ou atividades acadêmicas diretamente ligadas ou com interesses pedagógicos nas discussões e soluções em análise, visando à ampliação dos debates e do alcance das soluções. Para tanto, esse processo permanente de avaliação interna do Curso leva sempre em consideração:

- a) o desempenho global do Curso, compreendendo todas as modalidades de ensino e extensão por ele desenvolvidas (em suas mais variadas atividades, ações, projetos e programas);
- b) o atendimento dos Padrões de Qualidade fixados para a área do Curso;

- c) Relatórios de usabilidade, atividades e interações do ambiente virtual de aprendizagem;
- d) os resultados do ENADE;
- e) os resultados das Avaliações Institucionais da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da IES sobre todo o Corpo Docente do Curso com Disciplinas, sobre o Curso em si, sua Coordenação e sobre a própria IES, Sede e Polos, avaliações institucionais, sendo essas realizadas no final dos módulos das disciplinas. Participam o Corpo Docente, Corpo Discente e a Coordenação do Curso.
- f) Resultados de avaliação externa.

Todos esses elementos servem de base para uma reflexão somativa na ótica de aprendizagem colaborativa, compreendendo se o perfil do egresso vem sendo alcançado a partir dos desenhos de formação apresentados. E, concomitantemente a isso, se todo o contexto dos serviços institucionais atende a contento ao nosso graduando, tendo como eixo norteador a sua melhor aprendizagem.

Essa perspectiva de leitura permanente da qualidade da formação perpassa pela adoção do comportamento de reflexão - amadurecimento - ajustes - ações de aperfeiçoamento. Os insumos devem levar a Coordenação e seu NDE a ponderar sobre as variáveis que tem interveniência na execução do perfil do egresso.

Ainda, estabelece o Núcleo de Educação a Distância - NEAD que todos os cursos devem realizar, em intervalos mínimos de três anos, uma análise obrigatória para a atualização dos componentes curriculares que tenham sofrido inovações ou mudanças no período, bem como proceder à revisão dos conteúdos produzidos para os materiais didáticos institucionais, como os e-books de cada disciplina e os respectivos objetos de aprendizagem, formando um ciclo PDCA contínuo de melhoria.

2.12. ATIVIDADES DE TUTORIA

O tutor a distância, no Centro Universitário Facex, deve mediar o processo pedagógico, junto a estudantes, por meio de esclarecimento de dúvidas, promovendo espaços de construção coletiva de conhecimento, seleção de material de apoio e sustentação teórica aos conteúdos e participar dos processos avaliativos de ensino-aprendizagem junto com os docentes.

Essa rotina ocorre necessariamente de forma planejada. Este profissional deve conhecer o projeto pedagógico do curso, o material didático e o conteúdo específico das disciplinas sob sua responsabilidade, a fim de auxiliar os estudantes no desenvolvimento de suas atividades individuais e em grupo, fomentando o hábito da pesquisa, esclarecendo dúvidas, bem como dando suporte ao uso das tecnologias disponíveis. Pode participar de momentos avaliativos obrigatórios, tais como avaliações, aulas práticas em laboratórios e estágios supervisionados, quando se aplicam.

2.13. CONHECIMENTO, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DE TUTORIA

A contratação do corpo de tutores é realizada em conformidade com a necessidade da instituição. A seleção respeita as seguintes características: análise curricular, dinâmica de grupo, entrevista e outras.

O processo é coordenado pela Gerência de Recursos Humanos e subsidiariamente pelo NEAD, em conformidade com o plano de carreira do pessoal técnico-administrativo. Para ser admitido, é desejável que haja exigências de qualificação, tais como: ser inovador no desempenho de suas tarefas, na área específica das funções que exerce, e possuir domínio das ferramentas da tecnologia da informação; ser empático e democrático em relação aos colegas; demonstrar domínio de conhecimentos na sua área de trabalho; estar predisposto à formação contínua e ter sinergia com os valores institucionais.

O funcionário tutor é admitido pelo UNIFACEX, no nível inicial do respectivo cargo, após habilitação no processo de seleção supracitado. A admissão dar-se-á, inicialmente, por um período de 45 dias, prorrogáveis ou não, conforme o caso, por mais 45 dias, ouvido o superior imediato.

O ingresso do funcionário na carreira, em caráter definitivo, é validado após um período de experiência de que trata o parágrafo anterior, mediante indicação para que a mantenedora faça sua contratação definitiva em concordância com a consolidação das leis do trabalho-CLT.

Os tutores selecionados para trabalhar no NEAD, quando não detiveram experiência ou formação anterior na modalidade, passam por um programa de qualificação em serviço que contempla os seguintes componentes:

Curso	Carga Horária	Oferta
Atendimento ao discente na EaD	10h	Permanente
Introdução a Educação a Distância	30h	Permanente
Técnicas de Tutoria na EaD	20h	Permanente
Ferramentas e tecnologias utilizadas na EaD	10h	Permanente

2.14. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

No aspecto estritamente pedagógico e acadêmico, tem-se que o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), importante ferramenta/instrumento de apoio didático pedagógico ao docente, é um valiosíssimo mecanismo virtual de suporte as suas necessidades de ensino, tendo em vista que, por meio de qualquer computador com acesso à internet em qualquer parte do mundo, o professor poderá executar inúmeras tarefas e ações não presenciais em ambiente virtual. Todo conteúdo informativo e documental de caráter acadêmico e administrativo institucional no UNIFACEX, quando disponível, sempre será postado na internet através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), disponível 24hs por dia, diretamente em link próprio no site do UNIFACEX

(<http://www.unifacex.com.br>) ou diretamente no endereço eletrônico: <http://ava.unifacex.com.br/grad/>

Nesse ambiente, que é o meio-veículo oficial de comunicação virtual da IES, todos os alunos, professores, coordenadores e demais órgãos e dirigentes da instituição de ensino podem manter contato permanente uns com os outros para os mais diversos propósitos, postar materiais, realizar uma série de tarefas (como avaliações *on-line*) e se utilizar de várias ferramentas.

Os professores, por exemplo, enviam seus materiais pedagógicos e comunicados diretamente junto aos alunos (tais comunicados, além de ficarem no AVA, podem ser encaminhados via e-mail). A Coordenação do Curso, por exemplo, pode enviar comunicados importantes para uma turma específica ou para todos os alunos do Curso, além de poder postar materiais. O uso do AVA é obrigatório e cabe aos alunos, professores e coordenações de curso o constante e produtivo acesso contínuo a tal ferramenta.

Ainda no aspecto do suporte didático-pedagógico aos docentes, tem-se outro importante órgão da IES, que é o Núcleo de Educação Permanente (NEP), responsável pela oferta continuada de atividades e ações voltadas, basicamente, para o desenvolvimento profissional do corpo docente do UNIFACEX, ministrando oficinas, palestras, minicursos, grupos de debate e seminários de discussão sobre os mais variados temas do mundo acadêmico, todos ligados à atividade docente.

Temas como processos de avaliação da aprendizagem, relação professor-aluno, métodos e técnicas pedagógicas, ferramentas de ensino, dentre outros são continuamente trabalhados junto aos docentes, seja de forma automática ou de forma provocada, mas sempre no âmbito da atualização profissional.

2.15. SALA VIRTUAL

O ambiente virtual de aprendizagem utilizado, no que tange às disciplinas na modalidade a distância, é o da SAGAH, soluções educacionais integradas, que engloba conteúdo, tecnologia e serviços para entregar uma experiência de aprendizagem completa para Instituições de Ensino Superior e seus alunos. A plataforma apresenta materiais, recursos e tecnologias apropriadas, tais como: aprendizagem ativa, sala de aula invertida e aprendizagem adaptativa.

A plataforma é de fácil acesso e compreensão. Possui atividades diversificadas e a comunicação por ela é muito simples, facilitando a interação entre docente, tutor e alunos, motivando, assim, o discente a estar participando das atividades de forma contínua e, dessa forma, facilitar o aprendizado. Cabe salientar que, ao término dessas disciplinas, os alunos fazem uma avaliação com o objetivo de que a coordenação, junto ao corpo do Núcleo Docente Estruturante, possa estar melhorando cada vez mais a sua execução.

2.16. MATERIAL DIDÁTICO

O material didático, disponibilizado aos docentes, é da SAGAH ou conteúdos do NEAD. Sua plataforma atende perfeitamente aos conteúdos curriculares das referidas disciplinas e perfil do egresso. De linguagem acessível e com diversas interações com o aluno, como vídeos, exercícios, fóruns, textos, infográficos, acervos múltiplos, dentre outros, facilita a aprendizagem dos discentes. Todo material didático é validado pela equipe multidisciplinar da instituição e pelo corpo docente e tutores das disciplinas.

Nessas disciplinas, a metodologia de ensino-aprendizagem se valerá da relação tecnologia educacional x interesse do estudante x proatividade da tutoria e do docente. Todos estes agentes atuam como corresponsáveis para o atingimento do perfil do egresso.

Ao sentir-se ator de seu processo de formação, o aluno eleva seu entusiasmo e o professor, impulsionando-os a sair da condição de aluno

“ouvinte”, deixa a premissa de “repassador de aula”. Essa é a condição para que ambos se voltem para um novo paradigma, que se coloca como a maior qualidade do aluno no âmbito do EaD.

Os conteúdos de ensino são organizados de acordo com a visão eminentemente processual e o desenvolvimento curricular como o campo de intervenção e ação do professor com o aluno. Essa abordagem está relacionada, mais especificamente, com a seleção de conteúdos, com sua estruturação e sequenciação e o planejamento e a avaliação das atividades, considerando a interdisciplinaridade, flexibilização curricular e autonomia.

2.17. PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O sistema de avaliação visa à aferição do desempenho do aluno de forma continuada, permitindo a avaliação do processo e do resultado esperado, conforme definido no projeto pedagógico do curso. A frequência às aulas e demais atividades curriculares, permitida apenas aos alunos devidamente matriculados, é obrigatória, vedado o abono de faltas, excetos nos casos previstos em lei. A avaliação de aprendizagem terá objetivo formativo no qual se identificará as carências que não foram bem trabalhadas nas unidades letivas e que servirão de reflexão para aprimoramento metodológico da unidade seguinte.

Para efeito de aprovação em disciplina, é requerido do aluno, além do cumprimento das exigências de aproveitamento estabelecidas no Regimento Geral, que haja frequência mínima em 75% (setenta e cinco por cento) das aulas e demais atividades curriculares previstas na carga horária da disciplina, considerando-se reprovado, automaticamente, aquele que não satisfaça tal condição.

O aproveitamento é avaliado a partir do acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos nas avaliações que consistem de um conjunto de verificações de aprendizagem nas atividades acadêmicas

realizadas sob a responsabilidade do professor da disciplina. A verificação da aprendizagem consiste de qualquer instrumento ou processo utilizado, para aferir conhecimento ou habilidade do aluno, na forma de teste, prova, trabalho teórico ou prático, projeto, ou de quaisquer outras técnicas pertinentes à programação da disciplina, aplicados individualmente ou em grupo, em consonância com o Projeto Pedagógico de cada curso.

O semestre letivo está dividido em duas unidades e eventual exame final, durante o período letivo, e expressando-se o resultado final em notas de zero a dez.

A avaliação da aprendizagem é feita por disciplina, ou por conjunto de disciplinas, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento, e seus critérios serão divulgados aos alunos no início de cada semestre letivo, através dos Planos de Ensino.

A avaliação da aprendizagem, em observância ao Projeto Pedagógico do Curso, engloba os conteúdos ministrados, as atividades acadêmicas, as habilidades desenvolvidas e as competências requeridas do aluno. O professor, a seu critério e com a anuência da respectiva coordenação, pode promover trabalhos, exercícios, e outras atividades curriculares em classe, no total de trinta por cento da nota final de cada unidade.

Os setenta por cento da nota final de cada unidade devem constar de uma atividade avaliativa, denominada de Prova da Unidade, obrigatoriamente com as seguintes características: escrita, objetiva e subjetiva, individual e sem consulta.

Cabe ao docente a atribuição de notas de avaliação e a responsabilidade do controle de frequência dos alunos, devendo o Coordenador fiscalizar o cumprimento desta obrigação, intervindo em caso de omissão.

É atribuída nota zero ao aluno que usar de meios ilícitos ou não autorizados pelo professor, quando da elaboração dos trabalhos, de verificações parciais, exames ou qualquer outra atividade, que resulte na avaliação de conhecimento, por atribuições de notas, sem prejuízo da aplicação de sanções cabíveis por ato de improbidade.

Independentemente de outros critérios, deve o professor atribuir nota 0,0 (zero) ao aluno que deixar de realizar avaliações ou quaisquer atividades curriculares que lhes sejam pertinentes na data prevista.

O docente, a qualquer momento, ouvida a coordenação de curso, pode anular qualquer avaliação, trabalhos, exames ou qualquer outra atividade, que resulte na avaliação de conhecimento, se houver suspeitas de vícios, uso de meios ilícitos ou necessidades extraordinárias.

Atendida, em qualquer caso, a frequência mínima de setenta e cinco por cento às aulas e demais atividades acadêmicas, o aluno é aprovado:

- I. independente de exame final, quando obtiver média semestral igual ou superior a sete, correspondente à média aritmética das avaliações parciais realizadas durante o período letivo;
- II. mediante exame final, quando obtiver média semestral inferior a sete e superior ou igual a dois, e alcançar média final não inferior a seis, esta resultante da média semestral alcançada no semestre letivo e a auferida no exame final.

As médias são expressas em números inteiros com aproximação até a primeira casa decimal, sem arredondamento. É considerado reprovado o aluno que:

- I. não obtiver frequência mínima de setenta e cinco por cento das aulas e demais atividades programadas em cada disciplina;
- II. não obtiver, na disciplina, resultado final igual ou superior a seis após exame final.

Possibilita-se ao aluno uma segunda chamada da Prova da Unidade (I e/ou II), objetivando a substituição de resultado nulo em razão de falta na data da avaliação, mediante apresentação de requerimento com justificativa comprovada de sua ausência e pagamento de taxa. A prova da segunda chamada da I e II unidades será contemplada dentro do Exame Final.

O Exame Final, previsto no Calendário Acadêmico, versará sobre os conteúdos da I e II unidades e será aplicado através de uma prova com as

seguintes características: escrita, objetiva e subjetiva, individual e sem consulta, sendo vedada a aplicação da segunda chamada do Exame Final.

Para os alunos que requereram a segunda chamada da I e/ou II unidades, a nota do Exame Final será convertida na proporção de 70% (setenta por cento) em substituição à Prova da Unidade que foi requerida.

2.18. NÚMERO DE VAGAS

A coordenação do curso superior de tecnologia em Políticas e Estratégias Públicas, junto ao núcleo docente estruturante, se utilizou das avaliações de desempenho institucional, junto ao corpo docente e discente através da CPA, com o objetivo de analisar o número de vagas e melhor atender ao perfil do egresso e a demanda pelo curso.

Os resultados desses estudos foram dialogados com a Pró Reitoria Acadêmica e alinhados junto a secretaria geral no que tange à tomada do processo de decisão na oferta anual. Sendo assim, o objetivo do curso é ofertar 50 vagas anuais.

3. CORPO DOCENTE E TUTORIAL

3.1. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE) DO CURSO

O Curso superior de tecnologia em Políticas e Estratégias Públicas do UNIFACEX tem seu Núcleo Docente Estruturante (NDE) composto por 05 (cinco) professores apresentados no quadro a seguir e, entre estes, o Coordenador do Curso, a quem cabe a sua Presidência, com o propósito de promover avaliações periódicas, num processo contínuo de realinhamento da proposta pedagógica, dentre outras finalidades e atribuições também importantes, tanto acadêmicas quanto administrativas.

O Curso superior de tecnologia em Políticas e Estratégias Públicas está incluído no Programa de Avaliação Institucional, nos termos do Decreto Federal nº 5.773/2006. Sua implantação é acompanhada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e executada pelo Núcleo Docente Estruturante com a participação do Conselho, Coordenadoria, alunos, professores e funcionários. Os resultados dessa avaliação são essenciais para pensar em estratégias que tragam melhorias ao curso, como também na perspectiva de uma melhor aprendizagem por parte dos discentes.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso avalia e acompanha o processo do desenvolvimento do perfil do egresso conforme as diretrizes do Projeto Pedagógico do Curso superior de Tecnologia em Políticas e Estratégias Públicas, diretrizes curriculares nacionais do curso e novas demandas de mercado, discutindo e reavaliando o que for necessário para a implementação e o aperfeiçoamento da proposta pedagógica.

Vide abaixo o Quadro de Docentes componentes do NDE do Curso superior em tecnologia em Políticas e Estratégias Públicas.

<u>Membros do NDE do Curso de Bacharelado em Políticas e Estratégias Públicas</u>	<u>Titulação</u>			<u>Regime de Trabalho</u>
	<u>D</u>	<u>M</u>	<u>E</u>	
RENATA ROCHA LEAL DE MIRANDA PEREIRA PINHEIRO	X			TP
MARCONE NEVES MACEDO		X		TI
MARINA CLARISSA BARROS DE MELO LIMA		X		TP
ANDRE LUIZ DE LIMA	X			TP
MARIA PÁSCOA DO VALE		X		TI

3.2. **EQUIPE MULTIDISCIPLINAR**

O UNIFACEX possui equipe multidisciplinar que é constituída por profissionais de diferentes áreas do conhecimento. É responsável pela concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e os recursos educacionais para a educação a distância, através do NEAD.

Dentro do escopo do EaD, o NEAD supervisiona e controla o trabalho de docentes e de tutores com apoio da CPA a partir de relatórios de acompanhamento sobre a qualidade dos conteúdos e atividades de aprendizagem desenvolvidos, indicadores de aprovação/reprovação de alunos; vínculo entre as atividades de aprendizagem e os objetivos e conteúdo de cada disciplina e dos atendimentos dos tutores observando tempo de resposta, qualidade científica das respostas aos discentes, qualidade da produção textual dos tutores e da efetividade na aprendizagem. Docentes e tutores que ficam no patamar inferior das avaliações passam por processos de capacitação para a melhoria do desempenho.

Para que essas atividades sejam realizadas de maneira ótima, a estrutura do NEaD é composta pela coordenação geral e por três áreas que atuam em harmonia e sincronia: o setor de produção de conteúdo, o setor de desenvolvimento LMS (Sistema de Gestão da Aprendizagem) e o setor de tutoria.

A coordenação é responsável pelo acompanhamento e sincronização dos trabalhos dos três setores, assim como a ponte que liga o NEaD às coordenações de curso e pró-reitoria acadêmica na instituição. Compete à coordenação todas as decisões relacionadas à estratégia e planejamento da Educação a Distância na instituição.

O setor de produção de conteúdo é responsável pela confecção e revisão das disciplinas que são ofertadas na modalidade de ensino a distância e utilizadas no AVA. Além disso, o setor, através de seu produtor multimídia, é responsável pela operacionalização da gravação e da edição das videoaulas.

O setor de desenvolvimento LMS é responsável pela programação, manutenção e implementação de tecnologias e funcionalidades do Ambiente Virtual de Aprendizagem. Além disso, o setor é responsável pela implementação do conteúdo das disciplinas EaD no AVA e pela otimização das ferramentas de ensino online. O setor ainda fornece suporte técnico e auxílio para os discentes no que tange ao uso das funcionalidades.

O setor de tutoria é responsável pela articulação dos tutores e professores mediadores com os conteúdos a serem abordados e também com os discentes. Como parte das funções do departamento, está a capacitação, o acompanhamento e a avaliação dos tutores, tanto virtualmente como presencialmente.

3.3. **ATUAÇÃO DO COORDENADOR**

A coordenadora do Curso superior de tecnologia em Políticas e Estratégias Públicas é a professora Pós-doutora Renata Rocha Leal de Miranda Pereira Pinheiro, que tem como formação o curso de Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 1999. É Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007. Possui, também, Doutorado em Ciências da Educação pela Universidade do Porto, Portugal, 2014, e Pós-doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em 2018.

Como docente na instituição, já ministrou diversas organizações, tais como: política social, formação sócio-histórica do Brasil e do Nordeste, gestão e avaliação de políticas públicas, pesquisa social I e II. A trajetória profissional da Coordenadora do Curso começa com a atuação como coordenadora de um núcleo de ação social na Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMTHAS, em 2000. A atuação da coordenadora do curso está pautada no regimento geral da Instituição. Sua função e suas atribuições estão elencadas abaixo:

Art. 39. A função de Coordenador de Curso é de gestão e visa à obtenção dos resultados definidos em forma de metas específicas para a

sua área, do ponto de vista das estratégias institucionais, do projeto pedagógico do curso e dos programas em que o mesmo esteja inserido.

Art. 40. O Coordenador de Curso de Graduação, no exercício das funções gestoras inerentes ao cargo, além do compromisso com o empreendedorismo, com a visão de futuro e com os valores e princípios adotados pelo Centro Universitário, deve, especificamente, demonstrar competência como gestor político estratégico, acadêmico, administrativo e institucional.

Art.41.São atribuições gerais do Coordenador de Curso:

I. exercer a supervisão e zelar pela qualidade das atividades de ensino, iniciação científica e extensão do Curso e representá-lo;

II. cumprir e fazer cumprir as decisões emanadas do Conselho de Curso, dos órgãos superiores e exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas na legislação pertinente, neste Estatuto e no Regimento Geral do Centro Universitário;

III. integrar, convocar e presidir o Conselho de Curso;

IV. propor alterações ao Conselho de Curso e supervisionar o cumprimento da integralização curricular e a execução dos conteúdos programáticos e da carga horária das disciplinas aprovadas pelo mesmo;

V. decidir sobre matrículas, trancamentos de matrículas, transferências, aproveitamento de estudos, adaptações e dependências de disciplinas e atividades;

VI. exercer o poder disciplinar no âmbito do Curso;

VII. tomar decisões *ad referendum* do Conselho de Curso, em casos de relevância e urgência comprovadas;

VIII. designar secretário para as reuniões, bem como manter a ordem no desenvolvimento dos trabalhos;

IX. acompanhar a frequência dos docentes, discentes e pessoal técnico- administrativo;

X. elaborar e coordenar os projetos de monitoria;

XI. emitir parecer nos processos que lhe forem submetidos;

XII. apresentar, à Pró-Reitoria da área acadêmica, relatório anual das atividades do curso respectivo;

XIII. sugerir alterações curriculares e medidas que visem ao aperfeiçoamento das atividades do Curso;

XIV. desenvolver ações de apoio ao processo avaliativo institucional;

XV. submeter projetos de iniciação científica;

XVI. submeter projetos de extensão desenvolvidos e aprovados pelo Conselho de Curso à Pró-Reitoria indicada no Regimento Geral;

XVII. opinar sobre a distribuição de disciplinas para os professores junto à Pró Reitoria pertinente;

XVIII. planejar as substituições docentes, durante eventuais ausências dos professores, submetendo-as à Pró-Reitoria competente;

XIX. proceder a seleção dos professores necessários ao curso e propor a sua contratação pelos órgãos competentes;

XX. sugerir aos órgãos competentes a dispensa do pessoal docente;

XXI. criar ações de melhoria baseado no processo de avaliação institucional e avaliações externas;

XXII. integrar, como representante eleito por seus pares, o Conselho Universitário - CONSUNI e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX; e

XXIII. exercer todas as funções próprias ou correlatas, ou ainda outras que lhes sejam delegadas pelo Reitoria.

Cada gestor de curso do UNIFACEX, no início do ano, precisa elaborar um plano de gestão com suas atividades acadêmicas e metas a serem cumpridas e, ao término do ano, apresentar à Pró-Reitoria acadêmica os resultados que foram atingidos ou não e suas respectivas justificativas. O plano de gestão impresso fica disponível para consulta à comunidade acadêmica.

O Coordenador de Curso preside o Conselho de Curso e seu Núcleo Docente Estruturante (NDE), órgãos colegiados deliberativos na esfera do Curso.

3.3.1. PARTICIPAÇÃO EFETIVA DA COORDENAÇÃO DO CURSO EM ÓRGÃOS COLEGIADOS ACADÊMICOS DA IES

O Conselho Universitário - CONSUNI, que é o órgão superior de natureza deliberativa e normativa e de instância final para todos os assuntos acadêmico-administrativos, é integrado: pelo Reitor, seu Presidente; pelos Pró-Reitores; por um representante do corpo docente, escolhido por seus pares, em lista tríplice; por um representante do corpo discente, indicado na forma da lei; por um representante do corpo técnico-administrativo, escolhido pelo Reitor, em lista tríplice; por um representante da Mantenedora, indicado por esta; por dois representantes da comunidade, indicado pela Mantenedora dentre as entidades por ela credenciadas.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPEX, órgão central de supervisão das atividades de ensino, pesquisa e extensão, possui atribuições deliberativas, normativas e consultivas e é composto: pelo Reitor, seu Presidente; pelos Pró-Reitores; por quatro representantes dos coordenadores de curso, escolhidos por seus pares; por quatro representantes do corpo docente, escolhidos por seus pares; pelo Conselho de Pesquisa e Extensão; por um representante do corpo discente, indicado na forma da lei.

O Coordenador de Curso preside o Conselho de Curso e seu Núcleo Docente Estruturante (NDE) e órgãos colegiados deliberativos na esfera do Curso.

3.4. REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO

A Coordenadora do Curso exerce suas funções administrativas e acadêmicas como Coordenador do CST em Políticas e Estratégias Públicas do UNIFACEX em Regime de Trabalho de Tempo Parcial (TP), com 20

(vinte) horas semanais, incluindo docência em disciplinas do mesmo Curso e todas as atividades e ações acadêmicas e administrativas correlatas ao exercício pleno da Coordenação do Curso. Cada gestor de curso do UNIFACEX, no início do ano, precisa elaborar um plano de gestão com suas atividades acadêmicas e metas a serem cumpridas e, ao término do ano, apresentar à Pró-Reitoria acadêmica os resultados que foram atingidos ou não e suas respectivas justificativas. O plano de gestão fica disponível no ambiente de aprendizagem para consulta à comunidade acadêmica.

Todos os semestres, o coordenador é avaliado pelos alunos e corpo docente através da avaliação da CPA e seus resultados são apresentados à comunidade acadêmica e fica disponível nos ambientes virtuais para posterior consulta.

3.5. **CORPO DOCENTE (TITULAÇÃO)**

Os conteúdos dos componentes curriculares do curso são elaborados de acordo com as diretrizes curriculares nacionais do curso, catálogo nacional dos cursos superiores de tecnologia, pelo conteúdo do Exame Nacional de Desempenho Estudantil (ENADE) e as especificações do município.

O corpo docente, durante a semana pedagógica, apresenta o plano de ensino da disciplina, especificamente os conteúdos dos componentes curriculares e a literatura utilizada, com o objetivo de proporcionar aos discentes, leitura de livros e periódicos, estimulando na escolha de literatura atualizada e publicações atuais, como também para não haver duplicidade de conteúdos e que haja uma maior interdisciplinaridade com as demais matérias pagas no módulo, visto que em todos os semestres há trabalhos práticos integrativos.

Dentro desse contexto, cabe ao docente construir sua disciplina dentro do ementário proposto pelo NDE, vinculando ao perfil do egresso e aos objetivos da disciplina e, sempre que for possível, atualizar as referências bibliográficas e remetê-las para aprovação. Por ser um curso

tecnológico, cabe ao docente estimular os discentes na feitura de trabalhos práticos para que eles consigam fazer uma maior associação com a teoria.

3.6. REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO

O regime de trabalho da equipe docente do Curso superior de tecnologia em Políticas e Estratégias Públicas atende perfeitamente as demandas do curso, atendimento discentes, participação no colegiado, planejamento didático, preparação e correção das avaliações de aprendizagem. Cabe ressaltar, que segundo tabela abaixo, 50% do corpo docente é composto de professores com tempo parcial/integral, o que torna o planejamento e a execução das atividades acadêmicas mais consistente e com objetivo de melhoria contínua do curso.

DOCENTE	REGIME DE TRABALHO
Renata Rocha Leal de Miranda Pereira Pinheiro	Parcial
Marcone Neves Macedo	Integral
Iza Cristina Leal Bezerra do Amaral	Horista
Heberto Olímpico Costa	Horista
Maria Tereza de Oliveira	Horista
Maria Páscoa do Vale	Integral
André Luiz de Lima	Integral

3.7. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE

De acordo com tabela a seguir, percebe-se que, em quase sua totalidade, a experiência profissional dos docentes do Curso Superior de Tecnologia e Estratégias Públicas é elevada. Pelo próprio perfil de formação do egresso, em todos os semestres têm-se disciplinas práticas, nas quais se trabalha, de forma interdisciplinar, envolvendo todas as

disciplinas do período, a execução de um trabalho prático, a ser desenvolvido dentro de uma organização.

3.8. EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR

Conforme tabela abaixo, os docentes do Curso Superior Curso Superior de Tecnologia e Estratégias Públicas possuem tempo de experiência no ensino superior de forma satisfatória. Segundo o Art. 159 do regimento do Centro Universitário Facex - UNIFACEX, são atribuições do docente:

- participar da elaboração da proposta pedagógica do curso com o qual mantenha vinculação no Centro Universitário;
- elaborar e cumprir plano de ensino e cronograma da disciplina, segundo objetivos e perfil profissional definidos no projeto pedagógico do curso, e submetê-lo à apreciação da Coordenadoria do Curso;
- orientar, dirigir e ministrar o ensino de sua disciplina, cumprindo-lhe integralmente o programa e carga horária, assim como, fazendo-se presente, obrigatoriamente, em todas as atividades acadêmicas;
- manter atualizado o diário de classe, registrando a programação desenvolvida e a frequência dos alunos;
- disponibilizar o Plano de Ensino, bem como todo o material de apoio pedagógico no Ambiente Virtual de Aprendizado - AVA;
- digitar notas e frequência dos alunos no sistema eletrônico, conforme datas previstas no calendário acadêmico;
- admitir o acesso e a permanência em sala de aula, unicamente, aos alunos regularmente matriculados na disciplina;
- organizar e aplicar os instrumentos de avaliação do aproveitamento e julgar os resultados apresentados pelos alunos;
- ministrar os dias letivos e horas/aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

adotar uma postura ética nos relacionamentos com os dirigentes da Instituição, colegas professores, funcionários e alunos;

zelar pelo cumprimento de todas as normas e diretrizes da Instituição, especificamente as determinações da Coordenação do Curso;

cumprir fielmente o regime disciplinar do Centro Universitário;

comparecer a reuniões e solenidades programadas pela coordenadoria do curso ou órgãos da Administração Superior do Centro Universitário e seus Conselhos Superiores;

Responder pela ordem na turma em que estiver lecionando, pelo uso do material e pela sua conservação;

Orientar os trabalhos escolares e quaisquer atividades extracurriculares relacionadas com a disciplina;

não defender ideias, ideologias ou princípios que conduzam a qualquer tipo de discriminação ou preconceito, ou que contrariem este Regimento e as leis do País;

comparecer ao serviço, mesmo no período de recesso letivo, sempre que necessário, por convocação da coordenadoria do curso ou por alguma autoridade da Administração Superior do Centro Universitário;

elaborar, quando convocado, questões para os processos seletivos, aplicar as provas e fiscalizar a sua realização;

participar da composição de bancas examinadoras;

participar das ações de educação continuadas propostas pela instituição; exercer as demais atribuições que lhes forem delegadas, bem como as previstas em lei.

3.9. EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Todos os docentes do Curso Superior de tecnologia em Políticas e Estratégias Públicas possuem experiência na execução de turmas, elaboram atividades coerentes com a disciplina e mantêm linguagem acessível para maior compreensão pelos discentes, tornando a disciplina mais atrativa e com uma melhor assimilação.

3.10. EXPERIÊNCIA DE TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Todos os tutores do CST em Políticas e Estratégias Públicas possuem experiência na execução da tutoria e possuem formação na área de atuação. Desenvolvem seu trabalho de forma interativa e com bom relacionamento com os discentes conforme avaliação de desempenho realizada. A plataforma utilizada auxilia muito o trabalho do tutor, visto que é muito simples o seu manuseio.

É importante frisar que a instituição, através do Núcleo de Educação Permanente (NEP) e do Núcleo de Educação a Distância (NEAD), capacita e treina os docentes, que lecionam na modalidade a distância, e os tutores dentro da filosofia do Centro Universitário Facex - UNIFACEX.

3.11. ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO

O Curso superior de Tecnologia em Políticas e Estratégias Públicas do UNIFACEX tem um Conselho de Curso (CONSEC), oficialmente composto e materialmente atuante, também composto por 05 (cinco) professores e um discente apresentados no quadro a seguir:

<u>Membros do CONSEC do CST EM Políticas e Estratégias Públicas</u>	<u>Titulação</u>			<u>Regime de Trabalho</u>
	<u>D</u>	<u>M</u>	<u>E</u>	
Renata Rocha Leal de Miranda Pereira Pinheiro	X			TP
Marcone Neves Macedo		X		TI
Andre Luiz de Lima	X			TI
Maria Páscoa do Vale		X		TI

Maria Clarissa Barros de Melo Lima		X		TP
Representante Discente	A selecionar			

O CONSEC reúne-se ordinariamente uma vez por semestre e, extraordinariamente, sempre que assim justifique a necessidade da administração acadêmica do curso. Evidencia-se que Compete ao Conselho de Curso - CONSEC:

- deliberar sobre o projeto pedagógico do curso, proposto pelo NDE - Núcleo Docente Estruturante;
- deliberar sobre os programas e planos de ensino das disciplinas;
- emitir parecer sobre os projetos de pesquisa e de extensão relativos ao curso ou dentro de sua área específica;
- pronunciar-se, em grau de recurso, sobre aproveitamento e adaptação de estudos, assim como sobre aceleração e recuperação de estudos;
- opinar sobre admissão, promoção e afastamento de seu pessoal docente;
- aprovar o plano e o calendário anual das atividades do Curso, elaborado pelo Coordenador; e
- exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e no Regimento Geral da IES.

Cabe ressaltar que todas as suas decisões em plenária são registradas em ATAS, que ficam arquivadas na coordenação. No plano de gestão da coordenação do curso, há indicadores de desempenho para uma avaliação posterior, com objetivo de melhorias de práticas da gestão.

3.12. PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA

A Equipe De Docentes do Curso Superior de Tecnologia e Estratégias Públicas apresentou a seguinte Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica nos últimos 03 anos:

DOCENTE	QUANTITATIVO
Renata Rocha Leal de Miranda Pereira Pinheiro	10
Heberto Olímpico Costa	04
Maria Tereza de Oliveira	11
Iza Cristina Leal Bezerra do Amaral	06
Maria Páscoa do Vale	04
Marconi Neves Macedo	06
André Luiz de Lima	03

4. INFRAESTRUTURA

O Centro Universitário FACEX - UNIFACEX está situado em Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, numa área total de 22.000 m² em terreno próprio. Sua área construída é de aproximadamente 19.000 m² e está disposta em várias edificações, conforme descrição dos itens que seguem.

As instalações físicas foram projetadas de forma global, visando aproveitar bem o terreno, de forma a atender plenamente a todas as exigências legais e educacionais.

A área física do UNIFACEX é formada por prédios dos dois lados da Rua Orlando Silva, praticamente tomando todo o quarteirão. Do lado esquerdo, localizam-se a piscina semiolímpica, a Central de Relacionamento, o Prédio II e o Ginásio de esporte. Do lado direito, situam-se o Prédio I e o Prédio III. Na Rua Dr. José Xavier da Cunha, 1978,

encontram-se o moderno Prédio IV, assim como a Unidade V, localizada da Unidade Deodoro.

A Sala de trabalho para docentes em tempo integral consta de mesas e cadeiras, armários para guarda de material e equipamentos com segurança, computadores com acesso à internet, Wi-Fi, telefone, ambiente refrigerado, sistemas específicos internos da instituição, dentre outros. Possui uma grande mesa redonda com objetivo de atender melhor os discentes e os orientandos. Cabe salientar que a entrada dessa sala é exclusiva para integrais, apenas sendo permitida a entrada de alunos após a autorização do docente pela secretária.

O objetivo da sala de professores integrais ser restrita é para que os docentes tenham condições de viabilizar ações acadêmicas como o planejamento didático pedagógico.

4.1. **ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR**

A Sala da Coordenação do Curso superior de tecnologia em Política e Estratégias Públicas do UNIFACEX situa-se na Rua Orlando Silva, 2896 - Capim Macio, Natal - RN, acessível facilmente por escadas e elevador, e instalada em amplo espaço próprio e fixo capaz de manter todo o registro e arquivamento dos documentos próprios e internos do Curso, realizar reuniões internas e estabelecer o atendimento privativo de alunos, professores e público externo de forma confortável e adequada. A sala contém armários, telefone, computador conectado à internet e impressora com recursos de excelente qualidade.

Com o objetivo de dispor de infraestrutura tecnológica diferenciada, que possibilite formas distintas de trabalho, a instituição disponibiliza uma sala de reuniões, com mesa redonda, data-show, computador e armário, caso o quantitativo de discentes/docentes seja em um número maior.

4.2. **SALA COLETIVA DOS PROFESSORES**

A IES disponibiliza 01 (uma) sala para os professores, que totaliza mais de 20 m² no Campus Deodoro, e 02 (duas) salas para os professores que, somadas, totalizam mais de 65 m² no Campus Capim Macio. Nelas há mesas e cadeiras, armários para guarda de material e equipamentos, espaço para computadores, acesso à internet, Wi-Fi, ambiente refrigerado, espaço para lanches, dentre outros. Além disso, a instituição possui máquina e cadeira de massagem para os pés e corpo dos docentes, propiciando momentos de relaxamento e proporcionando uma melhor qualidade de vida aos docentes. Cabe ressaltar que essas salas contam com apoio técnico-administrativo. Com isso, atendemos de maneira excelente considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: disponibilidade de equipamentos de informática, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.

4.3. **SALAS DE AULAS**

As salas de aula, destinadas aos diversos cursos, são amplas, considerando-se o número de alunos matriculados nas turmas correspondentes, o que torna as salas mais flexíveis para o uso de metodologias mais ativas ou diferenciadas, como dinâmicas de grupo, debates em círculos ou em formato em “U”. Todas se encontram bem conservadas e permanentemente limpas. O mobiliário existente, em cada uma delas, é adequado e suficiente para as atividades nelas desenvolvidas, além de não oferecer interferências significativas resultantes de ruídos externos ou de poeira.

Quanto aos recursos didáticos, as salas dispõem de computador, quadro em vidro para pincel, *datashow*, caixa de som e disponibilidade de Wi-Fi.

As salas possuem carteiras individuais projetadas de forma a proporcionar conforto ao aluno. A Instituição disponibiliza carteiras em configurações especiais, entendendo que há alunos destros e canhotos, como também cadeiras de tamanhos maiores, caso o aluno necessite. Mesmo conservadas, as salas são periodicamente pintadas para manter sempre uma ótima aparência. As salas e todos os móveis são limpos diariamente (de forma rotineira ou tantas vezes quantas forem necessárias), proporcionando aos alunos e professores um ambiente agradável e confortável.

4.4. ACESSO A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PELOS ALUNOS

UNIFACEX oferta a seus alunos vários laboratórios de informática (todos com computadores completos e todos os softwares necessários ao trabalho acadêmico diário), distribuídos pelas várias unidades de ensino. Somado a isso, ainda existem computadores nas Bibliotecas da Instituição para uso de livre acesso. O Centro Universitário Facex – UNIFACEX possui dois Campi: Capim Macio e Deodoro, podendo o discente transitar pelo uso do laboratório nos dois campi.

Convém destacar que os laboratórios são modernos e atualizados e contam com equipe própria de manutenção. Todos os laboratórios possuem equipamento multimídia, facilitando a exposição dos conteúdos. A instituição disponibiliza acesso à Internet com link dedicado da Embratel de alta capacidade, proporcionando navegação eficiente e rápida na *web*, e como redundância da disponibilização do serviço, tem-se 02 (dois) com provedores de internet.

Todos os equipamentos disponibilizados para os professores e alunos, nos diversos espaços já referidos, estão conectados às redes de

comunicação científica. A instituição disponibiliza 07 dias por semana, 24 horas por dia, sua estrutura de portais de comunicação, bem como o portal de apoio ao ensino presencial (Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA) para a comunidade acadêmica pela sala virtual, quando da modalidade a distância.

A infraestrutura ainda conta com mais 09 laboratórios de informática destinados às aulas práticas, somando 244 computadores ligados à internet. Nesse ambiente, temos mais um monitor de laboratórios que está presente, das 13h30min às 22h30min, para apoiar o uso.

No Campus Capim Macio, onde estará localizado o Curso Superior de Tecnologia em Políticas e Estratégias Públicas, em sua estrutura física, está disponibilizado um laboratório de informática com 43 computadores ligados à Internet para acesso comum dos alunos destinados aos estudos ou à pesquisa, o laboratório fica aberto das 7h00min às 22h00min. Caso o discente ou o docente tenha alguma dificuldade, em uma sala vizinha ao laboratório há a presença de um monitor de laboratórios para apoiar o uso, bem como um ambiente de internet sem fio localizado em todas as áreas comuns de todas as unidades e na biblioteca, esta que também conta com ambiente de estudo e pesquisa com computadores ligados à Internet e sala de estudos para grupos. A infraestrutura ainda conta com mais um laboratório de informática destinado às aulas práticas com 48 computadores, somando, assim, 91 computadores ligados à internet.

Cabe ressaltar que a instituição possui licença pelo uso do Pacote Office da Microsoft, tendo um setor de Tecnologia da Informação que, periodicamente, faz um diagnóstico para atualização de software e solicitação de compra de novos hardwares, caso venham a ficar obsoletos. Todos os programas utilizados pelo curso, nas atividades práticas, são gratuitos, tais como o Market UP e software plano de negócios 3.0 do Sebrae de Minas Gerais.

4.5. BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR

A seguir são apresentados os Nomes Completos, Cargas Horárias (CH) Totais, Ementas e as Bibliografias (Básicas e Complementares) por unidade curricular. Para melhor explicitar o ordenamento dos conteúdos e suas finalidades pedagógicas, as disciplinas são apresentadas na sequência do semestre letivo em que serão oferecidas (Período do Curso).

Cabe ressaltar que a bibliografia é sempre atualizada e referendada pelo Núcleo Docente Estruturante e para melhor atender os discentes, no que tange às obras com edições mais atuais, possibilitando uma maior comodidade. É estimulada, junto à equipe docente, a utilização de acervo virtual. Na maioria dos livros listados abaixo percebe-se uma boa participação de obras nessa modalidade.

1º EIXO

Leitura e Produção de Texto-EaD (60hs)

Ementa: Conceitos, elementos e tipos de comunicação e expressão. Texto e fatores de textualidade. Gêneros e tipologias textuais. Paragrafação e tópico frasal. Leitura, compreensão e interpretação de textos. Produção de texto. Variedade linguística. Ortografia.

BÁSICAS:

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. _____. Para entender o texto: leitura e redação. 17. ed. São Paulo: Ática, 2008. MEDEIROS, João Bosco. Português instrumental. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2014

COMPLEMENTARES:

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Texto e coerência. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003. KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Linguística textual: quo vadis? Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502001000300002 Acesso em: 26 fev. 2019. FIORIN, José Luiz. A internet vai acabar com a língua portuguesa? Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/arquivos/matte/ievidosol/Fiorin.pdf> Acesso em: 26 fev. 2019.

Formação Política e Econômica da América Latina e do Brasil (60hs)

Ementa: Origem do subcontinente latino-americano. Da submissão colonial no Século XVI à emancipação política no Século XIX. Os movimentos gregários na política latino-americana: bolivarianismo e pan-americanismo. A discussão econômica latino-americana: dos direitos sociais à integração regional. O papel do Estado, o papel do mercado e as políticas públicas latino-americanas.

BÁSICAS:

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

FURTADO, Celso. **A economia latino-americana**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

COMPLEMENTARES:

DONGHI, Tulio Halperin. **História da América Latina**. São Paulo: Círculo do Livro, [19--?].

MONTORO, André Franco. **Integração da América Latina em um mundo multipolar**. 5. ed. rev. e amp. São Paulo: ILAM, 1998.

MACEDO, Marconi Neves. **Os antagonismos da integração regional sul-americana: o Mercosul frente à Aliança do Pacífico e à Unasul**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

Ciência Política e Fundamentos do Direito (60hs)

Ementa: Origem e conceitos fundamentais da Ciência Política e da Teoria do Estado. Evolução histórica do pensamento político: Grécia, Roma, Idade Média e Modernidade. Principais correntes do pensamento político. Sociedade. Origem e evolução do Estado moderno. Estado contemporâneo. Elementos do Estado. Formas de governo. Formas de Estado. Regimes políticos. Separação de poderes e funções do Estado. Estado e Constituição. Estado e soberania na nova ordem internacional.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2007.

MALUF, Sahid. Teoria geral do Estado. 35 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

WEFFORT, Francisco C. **Os Clássicos da política:** Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau. São Paulo: Ática, 2004.

COMPLEMENTAR:

BONAVIDES, Paulo. **Teoria do Estado**. São Paulo: Malheiros Editores, 2004.

MELLO, Sérgio Cândido de. **Roberto Bobbio e o debate político contemporâneo**. São Paulo: Annablume, 2003.

_____. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

Política Pública: formulação, implementação e avaliação (60HS)

Ementa: Estudo das instituições políticas e conceitos de políticas públicas. A formulação de políticas públicas e seus aspectos técnicos e políticos. Administração pública e participação social. Formulação, gestão e avaliação. Políticas públicas setoriais e as vertentes territoriais.

BÁSICAS:

AZEVEDO, Vanessa Lúcia Santos de; Silvia Santiago Martins; Adriana A. Ferreira; Daniella Tech Doreto; Viviane Maria Rodrigues. **Política social**. SAGA. 2018.

BRASIL. **Avaliação de políticas públicas:** guia prático de análise ex ante, volume 1 / Casa Civil da Presidência da República, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. - Brasília: Ipea, 2018.

GONÇALVES, Guilherme Corrêa; Lígia Maria Fonseca Affonso; Vanessa Ramos Teixeira; Mariana Recena Aydos; Reynaldo Bueno Prianti Neto. **Elaboração e implementação de políticas públicas**. SAGA. 2018.

COMPLEMENTARES:

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social:** fundamentos e história. - 8. ed - São Paulo: Cortez, 2011, (Biblioteca básica de serviço social; v.2).

FREY, Klaus. **Políticas Públicas:** um Debate Conceitual e Reflexões Referentes à Prática da Análise de Políticas Públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, No 21, Jun. de 2000.

PROCOPIUCK, Mário. **Políticas públicas e fundamentos da administração pública:**

análise e avaliação, governança e redes de políticas, administração judiciária. São Paulo: Atlas, 2013.

Práticas e Projetos integrativos I (100hs)

Ementa: Trabalhos acadêmicos seguindo normas e regras científicas, contextualizados com as práticas das políticas públicas. Princípios da elaboração das políticas públicas, através das práticas do cotidiano profissional por meio de ações integrativas e transdisciplinar.

BÁSICAS:

A definir

COMPLEMENTARES:

A definir

2º EIXO

Planejamento Estratégico (60hs)

Ementa: Planejamento Conceitos, aplicações e elaboração. Tipos de planejamento. Métodos de planejamento; Práticas de gestão.

BÁSICAS:

ANDRADE, Arnaldo Rosa. **Planejamento Estratégico - Formulação, Implementação e Controle**. atlas, 2016.

CRUZ, tadeu. **Manual de Planejamento Estratégico: Ferramentas Para Desenvolver, Executar e Aplicar**. atlas, 2017.

PALUDA, [Augustinho Vicente](#). PROCOPIUCK, [Mario P.](#) **Planejamento Governamental: Referencial prático**. Atlas, 2011.

COMPLEMENTARES:

ARAÚJO, Luis César G. de. **Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de Gestão Organizacional**. São Paulo: Atlas, 2001.

BRUM, Argemiro J. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. 24. ed. São Paulo: Vozes, 2010

ROSSETI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Práticas e Projetos integrativos II (100h)

Ementa: Princípios da análise a avaliação das políticas públicas, através das práticas do cotidiano profissional por meio de ações integrativas e transdisciplinar.

BÁSICAS:

Todas do semestre anterior

COMPLEMENTARES:

Papers diversos

Direito Constitucional (60hs)

Ementa: Princípios constitucionais e direitos e garantias fundamentais. Direitos Sociais. Organização político-administrativa do Estado brasileiro. Administração Pública.

BÁSICA:

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**, 20ª ed. São Paulo: Malheiros, 2007

ILANES, Miriany Cristini Stadler; Fernandes, Rodrigo Flores; Antunes, Rosana Maria de Moraes e Silva; Barboza, Maytê Ribeiro Tamura Meleto; Gonçalves, Guilherme Corrêa; Duarte, Melissa de Freitas. **Direito Constitucional I**. SAGA. 2018.

SOUSA, Cássio Vinícius Steiner de Sousa; Rodrigo Flores Fernandes; Maytê Ribeiro Tamura Meleto Barboza; Laísa Teixeira da Silva; Rosana Maria de Moraes e Silva Antunes. **Direito Constitucional II**. SAGA. 2018.

COMPLEMENTARES:

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 10a. Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 32. ed. rev. E atual. São Paulo: Malheiros, 2009.

Gestão Pública Contemporânea (60h)

Ementa: Nova Gestão Pública. Inovação na gestão pública. Empreendedorismo na Gestão Pública. Novos arranjos organizacionais na gestão pública contemporânea.

BÁSICA:

GOMES, Leonardo Augusto de Vasconcelos, SALERNO, Mario Sergio. **Gestão da inovação mais radical**, elsvier, 2018.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. 4ª Ed. Editora: Atlas, 2012.

Vários Autores. **Inovação Na Gestão Pública**, Editora Saint Paul, 2012.

COMPLEMENTAR:

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 17ª ed. Rio de Janeiro, 2010.

BIRLEY, Sue; MUZYKA, Daniel F. **Dominando os desafios do empreendedor**. São Paulo: Makron Books do Brasil Editora, 2001.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

Análise Econômica - EaD

Ementa: O Problema da Escassez, Economia como Ciência Social, Definição e Objeto da Economia, Sistema Econômico, A Tríade das questões Fundamentais, Aspectos Microeconômicos e Macroeconômicos, Noções de Economia Internacional, A Distribuição de Renda, Pobreza e Seguridade Social, Abordagens Contemporâneas (Globalização e Crises de Mercados).

BÁSICAS:

SILVA, Filipe Prado Macedo da; Silva, Daniele Fernandes da; Abel, Henrique; Silva, Fabiane Padilha da; Rodrigues, Viviane Maria; Azavedo, Vanessa Lúcia Santos de; Rech, Alceu Roque; Lima, Andréia Saraiva. **Economia política**. SAGA. 2018.
SILVA, Daniele Fernandes; Iraneide S. S. Azevedo. **Economia**. SAGA. 2018.

COMPLEMENTARES:

BOCCHI, João Ildebrando et al. **Economia brasileira**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
FRANK, Robert H. **Princípios de Economia**. 4. Ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.
BAYE, Michael R. **Economia de empresas e estratégias de negócios**. 6 ed. AMGH, 2010.

3º EIXO**Orçamento Público, finanças e LRF (60h)**

Ementa: Noções Fundamentais. A Despesa Pública. A Receita Pública. O Crédito Público. O Sistema Financeiro Nacional. Orçamento Público. A Execução Orçamentária: fiscalização e controle.

BÁSICAS:

JAMES, Giacomoni. Orçamento público - 17ª Ed., Saraiva 2017.
PISCITELLI, Roberto Bocaccio e TIMBO, Maria Zulene Farias. Contabilidade Pública. Atlas; Edição: 14th, 2019.
SALTO, Felipe; ALMEIDA, Mansueto, Finanças Públicas - da Contabilidade Criativa ao Resgate da Credibilidade. Record, 2016.

COMPLEMENTARES:

BRUNO, Reinaldo Moreira. **Lei de responsabilidade fiscal e orçamento público municipal**. 5. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2008.
LIMA JÚNIOR, Clinton Protásio de. **Orçamento público: fundamentos e princípios com base na lei nº 4.320/64**. 2010.
OLIVEIRA, Regis Fernandes de. **Curso de direito financeiro**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

Marketing Governamental e Eleitoral (60h)

Ementa: Discutir os conceitos de marketing à luz da respectiva aplicabilidade. Marketing Governamental como instrumento de promoção institucional. Marketing governamental como instrumento de promoção de projetos, obras e iniciativas de governo. Marketing Eleitoral discutindo as ferramentas gestadas para campanha eleitoral. Ética e Marketing. Noções de pesquisa de mercado.

BÁSICAS:

CORREA, Victor; CORRÊA, Nayá Gomes. **Campanha eleitoral 2014** (Os 'tiriricas' da política brasileira). São Paulo, INMOD, 2014.
MANHANELLI Carlos, **MARKETING ELEITORAL - O passo a passo do nascimento de um candidato**, Manhanelli Editorial, 2019.

COMPLEMENTARES:

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de marketing**. 9. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2003.
KOTLER, Philip. **Administração de marketing: novo milênio**. 10. ed. São Paulo: Printice Hall, 2000.

Direito Administrativo (60h)

Ementa: Agentes Públicos - aspectos constitucionais; Processo Administrativo; Improbidade Administrativa; Responsabilidades Civil do Estado; Ética; Eficiência; Bem-

estar Social; Nova Gestão Pública; Planejamento, Organização, Direção e Controle na Administração Pública e Políticas Públicas.

BÁSICA:

FIEL FILHO, Alécio; FERREIRA, Maria das Graças; KANAANE, Roberto. **Gestão Pública - Planejamento, Processos, Sistemas de Informação e Pessoas**. 1ª Ed. Editora: Atlas, 2010.
MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de Gestão Pública Contemporânea**. 4ª Ed. Editora: Atlas, 2012.

COMPLEMENTAR:

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 17ª ed. Rio de Janeiro, 2010.
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.
MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 25.ed. São Paulo: Malheiros, 2004

Direito Eleitoral (60h)

Ementa: Conceito, história e fontes. Organização jurisdicional eleitoral. Ministério Público Eleitoral. Direitos políticos. Alistamento eleitoral. Elegibilidade e inelegibilidade. Partidos políticos. Registro de candidatura. Propaganda política. Processo Eletivo. Infrações à legislação eleitoral e meios processuais de coibição. Recursos Eleitorais. Processo e Crimes Eleitorais.

BÁSICAS:

CÂNDIDO, Joel J. **Direito eleitoral brasileiro**. 14. ed. rev. e atual. São Paulo: EDIPRO, 2017.
GOMES, José Jairo. **Direito eleitoral**. 9. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2018.

COMPLEMENTARES:

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte. **Dia da eleição:** eleições 2018.
COELHO, Marcus Vinicius Furtado. **Direito Eleitoral e processo eleitoral:** direito penal eleitoral e direito político. Rio de Janeiro: Renovar, 2018.
LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 18. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2014.

Práticas e Projetos integrados III (100hs)

Ementa:**BÁSICAS:**

Todas do semestre anterior

COMPLEMENTARES:

Papers diversos

Gestão de Pessoas (60hs)

Ementa: Subsistemas de Gestão de pessoas na gestão pública. Talentos na gestão pública. Implicações na gestão de desempenho.

BÁSICAS:

BOURRY, Eliana Motta. **GESTÃO DE DESEMPENHO POR COMPETÊNCIA E SEUS PONTOS POLÊMICOS**. Pedagogical, 2016.

TEIXEIRA, Juliane Marise Barbosa Teixeira, RIBEIRO, Maria Tereza Ferrabule. **Gestão de pessoas na administração pública: teorias e conceitos**. InterSaberes, 2017.

OLIVEIRA, Luciano Oliveira de. **Gestão de Pessoas Aplicada ao Setor Público**. SAGA. 2017.

COMPLEMENTARES:

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Gestão de Pessoas: enfoque nos papéis profissionais**. São Paulo: Atlas, 2001.

VERGARA, Sylvia Constant. **Gestão de pessoas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

4º EIXO

Gestão de Campanha Eleitoral : comunicação e logística (60hs)

Ementa: Planejamento de Campanha. Comunicação e mídia. Elaboração de Planos de Gestão. Relacionamento com os stakeholders. Aplicação do Direito Eleitoral na rotina de campanha.

BÁSICAS:

OLIVEIRA, [Adriano](#), ROMAO, [Maurício Costa](#), GADELHA, **Eleições e Pesquisas Eleitorais**. Desvendando a Caixa-Preta, Juruá; Edição 2012.

SANTOS, Antônio Augusto Mayer dos. **Campanha Eleitoral - Teoria e Prática**, Verbo Jurídico, 2016.

KUNTZ, Ronald A. Marketing Político - **Manual de Campanha Eleitoral - 11ª Edição**, Editora Global, 2006

COMPLEMENTARES:

AMBRÓSIO, Vicente; SIQUEIRA, Rodrigo. **Plano de marketing passo a passo: serviços**. Rio de Janeiro: Reichmann e Affonso, 2002

CZINKOTA, Michael et al. **Marketing: as melhores práticas**. Porto Alegre: Bookman, 2001

PEARSON Education do Brasil. **Criatividade e inovação: Academia Pearson**. São Paulo: Perason Prentice Hall, 2011.

Licitações, Contratos Administrativos e Convênios (60hs)

Ementa: Formas de compras governamentais. Contratos, deveres, direitos. Agente de Fiscalização. Convênios, tipos. Gestão de contratos e convênio. Sistemas do Governo Federal: visão geral.

BÁSICAS:

BARCELLOS, Bruno Maldonado; Mattos, João Guterres. **Licitações e Contratos**. SAGA. 2017.

FILHO, José dos Santos Carvalho. **Manual de Direito Administrativo**. 27 Ed. São Paulo: Atlas, 2014.

OLIVEIRA Rafael Carvalho Rezende. **Licitações e Contratos Administrativos - Teoria e Prática, método**, 2019.

COMPLEMENTARES:

PRADO, Leonardo **Cadernas, Licitações e Contratos**. Impetus, 2015.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 20 Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 34 Ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 25 Ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

Tópicos especiais em gestão pública (60hs)

Ementa: Discussões sobre temas emergentes relacionados à gestão pública.

BÁSICAS:

A definir

COMPLEMENTARES:

A definir

Práticas e Projetos integrativos IV (100h)

Ementa:

BÁSICAS:

Todas do semestre anterior

COMPLEMENTARES:

Papers diversos

Auditoria, Controle e Governança (60h)

Ementa: Ambiente de Controle. Impacto da Tecnologia nos Controles Internos. Controles Internos. Controle Externo. Noções de Auditoria. Governança pública: transparência, prestação de contas e equidade. Mecanismos internos e externos de governança pública. O papel do Conselho de Administração. Códigos de governança pública. Impactos da adoção de práticas de governança corporativa no contexto governamental. Integridade.

BÁSICAS:

CASTRO, Domingos poubel, **Auditoria, Contabilidade e Controle Interno no Setor Público**, atlas, 2018.

MIRANDA, Rodrigo Fontenelle De A. **Implementando a gestão de riscos no setor público**, Fórum, 2019.

SARIAN, Claudio. **Gestão e governança pública para resultados** - uma visão prática, Editoria fórum, 2017.

COMPLEMENTARES:

WESTON, J. Fred.; BRIGHAM, Eugene F. **Fundamentos da administração financeira**. 10. ed. São Paulo: Makron Books, 2000

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública: teoria e prática**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Libras (60h)

Ementa: Conteúdos gerais para comunicação básica com surdos utilizando a língua da modalidade visual e gestual da comunidade surda- Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS. Vocabulário inicial para uso da LIBRAS no contexto escolar visando a comunicação bilíngue.

BASICAS

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha et al. **Libras:** conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Education, 2011.

QUADROS, Ronice Muller de. **Língua de herança:** língua brasileira de sinais. Porto Alegre: Penso, 2017.

COMPLEMENTARES

GESSER, Audrei. **Libras** : que Língua é essa: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

QUADROS, Ronice Muller de. **Língua de sinais:** instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011.

Empreendedorismo (60hs)

Ementa: Introdução ao Empreendedorismo. O Processo Empreendedor. Plano de Negócios.

BÁSICAS

DOLABELA, Fernando. **O segredo de Luísa:** uma idéia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa. 30. ed. São Paulo: Cultura, 2006.-1999

HISRIC, RobertD.; PETERS, Michael P. **Empreendedorismo.**7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

DOLABELA, Fernando. **Oficina do Empreendedor.** São Paulo: Cultura, 2005.

COMPLEMENTARES

BIRLEY, Sue; MUZYKA, Daniel F. **Dominando os desafios do empreendedor.** São Paulo: Makron Books do Brasil Editora, 2001.

DRUCKER, Peter F. **Desafios gerenciais para o século XXI.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1999.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo corporativo:** como ser empreendedor, inovar e se diferenciar em organizações estabelecidas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo:** transformando ideias em negócios. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

Pearson Education do Brasil. Criatividade e inovação: Academia Pearson. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

BIBLIOTECA DO UNIFACEX

A Biblioteca é órgão complementar da instituição, vinculada à Pró-Reitoria Acadêmica desta IES, coordenada e supervisionada de forma sistêmica como biblioteca híbrida (universitária e escolar), com atribuições diretas aos cursos de nível superior, com perfil e formação voltados para a

pesquisa, para o ensino e para a extensão. Sua política de funcionamento é regida por regulamento próprio e normas internas.

A Biblioteca tem como objetivo: recuperar, organizar, disseminar e socializar a informação bibliográfica, multimeios e virtual, bem como promover a cultura entre docentes, discentes e funcionários da IES de forma dinâmica e eficaz, contribuindo para a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

É fundamental que as solicitações de livros, periódicos, DVDs e outros sejam atendidas de forma a permitir que o alunado possa utilizar-se do material bibliográfico necessário tanto para o Ensino, quanto para a Pesquisa e a Extensão. A existência de salas de consulta, com um ambiente tranquilo e adequado ao estudo, coloca-se também como essencial. A Biblioteca possui salas de estudo em grupo e individualizado, com ambiente tranquilo e adequado.

4.5.1. INSTALAÇÕES FÍSICAS DA BIBLIOTECA

Dispomos de duas bibliotecas, uma localizada na Unidade I do UNIFACEX, denominada Biblioteca Central Senador Jessé Pinto Freire-BSJPF, sendo de fácil acesso para os seus usuários: alunos, professores e funcionários, como também para a comunidade em geral.

A estrutura da biblioteca Unidade I -BSJPF está distribuída em sede própria com três pavimentos, providos de acesso aos deficientes, sendo um térreo, pavimento 1, pavimento 2 e um mezanino. A biblioteca dispõe também de banheiro masculino e feminino. Sua área física é de 1.163,21m², distribuída da seguinte forma: térreo = 505,13m²; pavimento 1 = 412,30m²; pavimento 2 = 245,78m² e 156,32m² de área para serviços técnico-administrativos. As instalações estão disponibilizadas para acervo geral, coleção especial, leitura individual (sala com 80 assentos), 07 salas para estudo em grupo, 17 cabines individuais semiabertas, 17 terminais de acesso à Internet, área de circulação com terminais de consulta ao catálogo *online*, possuindo mais de 300 assentos para uso diário. A

biblioteca dispõe, ainda, de serviço de fiscalização eletrônica com câmeras e antenas.

A biblioteca da Unidade Deodoro conta com 376,04 metros, sendo seu espaço todo climatizado com ambientação moderna e confortável. As instalações estão disponibilizadas para acervo geral, leitura individual (sala com 04 assentos), 04 salas para estudo em grupo, 11 cabines individuais com computador e acesso à internet, área de circulação com terminais de consulta ao catálogo *online*, possuindo quase 70 assentos para uso diário. A biblioteca dispõe, ainda, de serviço de fiscalização eletrônica com câmeras e antenas.

4.5.2. HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA

A biblioteca funciona em horário ininterrupto de segunda a sexta-feira, das 9h às 21h e, no sábado, das 8h às 12h.

4.5.3. SERVIÇOS OFERTADOS PELA BIBLIOTECA

A Biblioteca disponibiliza alguns serviços pertinentes a sua comunidade interna e externa:

- a) Atendimento ao público: esse serviço está ligado diretamente ao usuário, atuando junto em tirar dúvidas e auxiliar na utilização dos serviços e localização física dos materiais.
- b) Empréstimos: disponibiliza a circulação e empréstimo dos materiais do acervo da biblioteca para seus clientes internos, bem como a reserva e renovação (*in loco ou online*), devolução e as modalidades de empréstimo especial e empréstimo entre bibliotecas.
- c) Serviços Online: via internet, o usuário pode reservar e renovar materiais, como também pode consultar sua situação na biblioteca.

- d) Comutação Bibliográfica: viabiliza a possibilidade de obter cópias de artigos publicados em periódicos, teses e anais de congresso pertencentes a outras instituições.

4.5.4. POLÍTICA DE AQUISIÇÃO, EXPANSÃO E ATUALIZAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO

A política de aquisição, atualização e expansão do acervo bibliográfico adotado pelo UNIFACEX é baseada nas necessidades dos cursos de graduação, pós-graduação e extensão, mantidos pela Instituição, seguindo as indicações do corpo docente e discente com base nos conteúdos programáticos dos cursos oferecidos. A aquisição do material bibliográfico se dá de forma contínua, com base nas solicitações de aquisição dos cursos e/ou identificação de necessidades por parte da Biblioteca, e de acordo com o provimento de recursos financeiros da Instituição.

Para seu desenvolvimento, a Biblioteca do UNIFACEX conta com plano de expansão para o período de vigência do PDI, abrangendo os recursos de informática, serviços, recursos humanos, recursos materiais e recursos físicos.

4.5.5. ACERVO DA BIBLIOTECA

A Biblioteca caracteriza-se como multidisciplinar, uma vez que existe a necessidade de fornecer com precisão, relevância e atualidade as informações bibliográficas necessárias aos alunos do colégio, graduação e pós-graduação do UNIFACEX e à comunidade em geral.

Possui um acervo de qualidade, composto por edições atuais e em excelente estado de conservação. O crescimento da coleção é constante, sendo ampliada de acordo com o Cronograma de Desenvolvimento

Organizacional da IES e através das solicitações emitidas pelos Coordenadores de curso, que seguem as bibliografias do corpo docente e das solicitações dos discentes. Após realizar a seleção do material pelos professores e Coordenadores, a listagem com as solicitações é enviada para a Biblioteca que, por sua vez, faz o levantamento quantitativo do material já existente e encaminha para a Direção Financeira que executa os procedimentos de compra.

O acervo é uma ferramenta indispensável para subsidiar a formação do corpo discente e docente da IES, tanto no aspecto educacional quanto no cultural.

O acervo é composto por mais de 31.708 títulos e 90.237 volumes/exemplares de todas as áreas do conhecimento humano distribuídos em livros, folhetos, periódicos, multimeios (multimídia) e produção acadêmica, conforme especificados a seguir.

TIPO DE MATERIAL	TÍTULOS	EXEMPLARES
Livros	26.206	63.273
Folhetos	917	1.222
Periódicos	1.276	21.084
Multimeios (Multimídia)	1.061	2.120
Produção Acadêmica	2.248	2.538
TOTAL	31.708	90.237

O material bibliográfico pode ser consultado pela base do Sistema *Pergamum* (PUC-PR) via internet, através da homepage da UNIFACEX (www.unifacex.com.br) ou na base local da própria Biblioteca. Todo o acervo está automatizado e o catálogo online disponibilizado para consulta é de fácil utilização e oferece diferenciadas formas de busca da informação.

No que tange à entrada e à saída de materiais no âmbito da biblioteca, todos aqueles que são adquiridos e devolvidos circulam com bastante agilidade. Esse fluxo ocorre de maneira satisfatória porque o acesso ao material é priorizado pela Seção de Processamento Técnico que disponibiliza o documento ao usuário, e pela seção de circulação, que é

responsável pela reposição do documento na estante, tanto novos como os devolvidos do empréstimo.

A Biblioteca é organizada com a Classificação Decimal Universal (CDU), o que facilita a localização física dos materiais, haja vista que esse sistema de classificação possibilita a organização dos materiais por assunto.

Dinamizando o suporte à pesquisa acadêmica e acompanhando as mudanças de paradigmas para o setor de bibliotecas, o UNIFACEX conta com o uso de novas ferramentas desenvolvidas no campo da disseminação da informação, uma vez que a biblioteca deixa de ser local de conservação e preservação das informações em suportes impressos. A Biblioteca do UNIFACEX faz uso de bases de dados, disponibilizando pontos de acesso direto à informação, estando disponível não só aos usuários da rede da instituição, como também a qualquer pessoa da comunidade universitária.

A instituição conta, atualmente, com o uso de livre acesso via internet de bases de dados específicas e distintas, sendo prioridade a consulta em:

BASES DE DADOS	FORMA DE ACESSO
SCIELO	Internet
CAPEX -PERIÓDICOS (LIVRE ACESSO)	Internet
PROSSIGA	Internet
CCN- CNPq	Internet
TESES. EPS. UFSC	Internet
TESES/USP	Internet
TOTAL	06

4.6. LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA

O UNIFACEX dispõe de 09 (nove) laboratórios de informática que atendem aos cursos oferecidos pela Instituição satisfatoriamente, sendo um exclusivo de uso comum dos alunos. Além desses, existem laboratórios especializados. A tabela a seguir demonstra os existentes no

UNIFACEX e os do Campus Deodoro utilizados, de forma mais pontual, pelo curso superior de tecnologia em Gestão de Recursos Humanos (EAD):

Laboratórios de Informática	Nº de Computadores
Campus Capim Macio (CM)	
Life 01	43
Life 02	48
Life 03	30
Life 05	50
Life 06	36
Life 07	52
Campus Deodoro	
Life 01	43
Life 02	48

Todos os laboratórios especializados apresentam normas explícitas de uso, o que possibilita um funcionamento em plena capacidade, considerando a quantidade de equipamentos e os insumos disponibilizados. Atendemos de maneira excelente em uma análise sistêmica e global quanto aos aspectos: quantidade, acessibilidade, segurança e disponibilização de insumos.

Em suas estruturas existem profissionais que dão suporte às atividades práticas. Outrossim, são de responsabilidade do setor de Serviços Gerais a manutenção e conservação das instalações, bem como coordenar, orientar, supervisionar, executar e controlar as atividades auxiliares que dão suporte operacional ao UNIFACEX e zelar pela

conservação dos bens patrimoniais. Assim, atendemos de maneira excelente, em uma análise sistêmica e global, aos aspectos: apoio técnico, manutenção de equipamentos e atendimento à comunidade.

O Setor de Serviços Gerais conta com equipes internas específicas para diferentes tipos de manutenção e com contratos de prestação de serviços nos casos especializados, como, por exemplo, equipamentos de laboratórios e ar-condicionado.

4.7. CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Todas as condições de acesso para pessoas com deficiência estão observadas em todas as unidades da instituição. Existem elevador, instalações sanitárias especiais, rampas e corrimões no prédio. O UNIFACEX cumpre o Decreto nº 5.269/04: “que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida”.

Para melhor atender o referido aluno, no térreo do Campus Deodoro situa-se a secretaria, a quadra, o setor de pagamento de mensalidades, cantina, espaço de convivência, auditório, reprografia, salas de aula, bebedouros etc. Há rampas e corrimões em todos os ambientes. No andar de cima, temos os laboratórios, outros banheiros, bebedouros, sala de coordenação e demais salas. Os pisos superiores também contam com corrimão e rampas.

No Campus de Capim Macio, oito de suas salas de aula, salas de coordenadores, todos os cinco laboratórios de informática e biblioteca situam-se no térreo dos prédios I, II e III, contando com rampas de acesso, o que facilita a locomoção de pessoas com deficiência. Ainda no térreo situa-se a recepção e secretaria, a quadra poliesportiva, o setor de pagamento de mensalidades, cantinas, espaço de convivência, auditório, reprografia, bebedouros etc. Os pisos superiores contam com corrimão.

Desta forma, propicia às pessoas com deficiência, física e sensorial, condições básicas de acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações em seu campus, tendo como referência a Norma Brasil 9050, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências e Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos. Ressalte-se que a proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista é integralmente respeitada, conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012, e será atendida pela IES, quando demandada por alunos com essa necessidade.